



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

FILE 02

I - RECEBIDO;
II - PROTOCOLE-SE;
III - Publique-se no DIÁRIO OFICIAL
PARA CONHECIMENTO dos Proposta
Srs. Deputados;

12 - A D.L. para promotores
Em 16/05/11

PROPOSIÇÃO 012/11

Proposta de Emenda à Constituição do Estado nº 07/14

Altera o inciso I e a alínea "c" e acrescenta a alínea "d" ao § 1º do art. 26 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 1º - O artigo 26 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26.

(...)

§ 1º Os Municípios que, através de norma estadual, receberem restrições ao seu desenvolvimento socioeconômico, limitações ambientais e urbanísticas, em virtude de possuírem mananciais de água potável que abastecem outros Municípios e empreendimentos públicos ou privados que façam uso desses recursos hídricos, ou por serem depositários finais de resíduos sólidos metropolitanos, absorvendo aterros sanitários, terão direito à compensação financeira mensal.

1 - Os recursos da compensação de que trata este parágrafo deverão ser integralizados diretamente aos Municípios pelas permissionárias e concessionárias de serviços públicos, sociedades de economia mista, empresas públicas ou empresas privadas, cujas atividades utilizem ou se beneficiem dos recursos hídricos.



provenientes dos mananciais de abastecimento que imponham as restrições, na proporção de 10% (dez por cento) do valor do metro cúbico de água extraída do manancial ou bacia hidrográfica e de 10% (dez por cento) do valor da tonelada de lixo depositada, levando-se em conta os seguintes critérios:

(...)

c) os recursos de compensação deverão ser aplicados pelos Municípios, em programas de infraestrutura urbana, de desenvolvimento social, de recuperação e preservação do meio ambiente e de saneamento ambiental;

d) a compensação financeira será calculada tendo por base o valor médio da tarifa de água do exercício anterior ao ano pretendido, conforme dados apresentados ao Sistema Nacional de Informações de Saneamento – SNIS.”

Art. 2º - Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de maio de 2011.

EVANDRO JUNIOR 1

Deputado Estadual

RASCA RODRIGUES 2

Deputado Estadual - PV

VALDIR ROSSONI 3

Deputado Estadual

AUGUSTINO
ZUCCHETTI

NEY LEPRÉVOST 4



JUSTIFICATIVA:

A Política Nacional dos Recursos Hídricos, veiculada na Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, fundamenta e conceitua o termo bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (art. 1º, V) e, nesse sentido, converge também a Política Estadual dos Recursos Hídricos através da Lei Estadual nº 12.726, de 26 de novembro de 1999.

Por outro lado, a instituição de Áreas de Proteção Ambiental (APA) surge, em alguns casos, com a finalidade de preservar a qualidade hídrica para a garantia dos mananciais de abastecimento e, conseqüentemente, gerando limitações urbanísticas e ambientais, que impõe a necessidade de fatores compensatórios.

Neste cenário, tanto as permissionárias e concessionárias de serviços públicos, quanto empresas de economia mista e de capital privado, fazem uso dos recursos hídricos quer para atividade fim, quer como insumo para sua produção e ou prestação de serviços.

As limitações urbanísticas e ambientais que decorrem de normativa estadual ou federal, somadas à preservação dos mananciais de abastecimento, impõe a necessidade de criação de instrumentos de compensação financeira a fim de proporcionar equilíbrio orçamentário às municipalidades que sofrerem tais limitações.

A presente proposição fixa critério claro e objetivo para a estipulação dos valores que servirão à compensação financeira dos Municípios que sofrem diminuição ou perda de receita por atribuições e funções decorrentes do planejamento regional, nos termos do caput do artigo 26 da Constituição do Estado do Paraná.

Assinatura

Assinatura



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 05

Outro aspecto relevante desta PEC é a ampliação do rol das entidades públicas ou privadas, concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, responsáveis pela compensação aos Municípios detentores de importantes mananciais de água potável que abastecem outros Municípios ou empreendimentos públicos ou privados, cuja operação implica no estabelecimento de restrições ao desenvolvimento socioeconômico, limitações ambientais ou urbanísticas dos Municípios onde se situam os referidos mananciais.

Processo Legislativo

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 843/2011

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, Inc. XXXII, do Regimento Interno e, em face do contido no Art. 191, do Regimento Interno e da Mensagem nº 234/2011-DL, São no Expediente de Sessão Plenária de dia 21 de maio de 2011,

DECLARA

1. Constituída a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 05/2011, de autoria dos Deputados Evaristo Junior, Valdir Rossoni e Raulo Rodrigues, protocolada sob o nº 3218-DAP, e anexada na Diretoria Legislativa como Proposição nº 12/2011, cujos trabalhos deverão se dar com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

2. Segundo indicação dos respectivos Líderes a Comissão Especial será integrada pelos Deputados Caetano Quatrinha (PMDB), titular e Antônio Neto (PMDB), suplente; Evaristo Junior (PSDB), titular; Mauro Marini (PSDB), suplente; Paulo Lages (DEM), titular e Nelson Junior (DEM), suplente; Tadeu Vassari (PT), titular e Vladimir Wambertor (PT), suplente; e César Silvestri Filho (PPS), titular e Clever Barreto (PMR), suplente.

Sala da Presidência em 21 de junho de 2011.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 814/2011

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, Inc. XXXII, do Regimento Interno e, em face do contido no Art. 191, do Regimento Interno e da Mensagem nº 233/2011-DL, São no Expediente de Sessão Plenária de dia 21 de maio de 2011,

DECLARA

1. Constituída a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 84/2011, de autoria do Deputado Professor Lemos, protocolada sob o nº 505-DAP e anexada na Diretoria Legislativa como Proposição nº 06/2011, cujos trabalhos deverão se dar com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

2. Segundo indicação dos respectivos Líderes a Comissão Especial será integrada pelos Deputados Antônio Neto (PMDB), titular e Luiz Eduardo Chelid (PMDB), suplente; Mauro Lemos (PSDB), titular e Rose Lemos (PSDB), suplente; Paulo Lages (DEM), titular e Nelson Junior (DEM), suplente; Tadeu Vassari (PT), titular e Edivaldo Walter (PT), suplente; e Ney Laprevost (PPS), titular e Raulo Rodrigues (PPS), suplente.

Sala da Presidência em 21 de junho de 2011.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 345/2011

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, Inc. XXXII, do Regimento Interno e, em face do contido no Art. 191, do Regimento Interno e da Mensagem nº 234/2011-DL, São no Expediente de Sessão Plenária de dia 21 de maio de 2011,

DECLARA

1. Constituída a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 05/2011, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Chelid, protocolada sob o nº 516-DAP e anexada na Diretoria Legislativa como Proposição nº 06/2011, cujos trabalhos deverão se dar com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

2. Segundo indicação dos respectivos Líderes a Comissão Especial será integrada pelos Deputados Luiz Eduardo Chelid (PMDB), titular e Stephano Junior (PMDB), suplente; Rose Lemos (PSDB), titular e Mauro Lemos (PSDB), suplente; Paulo Lages (DEM), titular e Nelson Junior (DEM), suplente; Edivaldo Walter (PT), titular e Prof. Lemos (PT), suplente; e Roberto Aguiar (PPS), titular e Adalberto Ribeiro (PPS), suplente.

Sala da Presidência em 21 de junho de 2011.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Presidente

Quarenta e nove Deputados votaram "sim". **Assinado: ITEM 11 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 403/11**, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 559/11, que solicita, conforme específica, os valores básicos das pensões de aposentadorias dos servidores do foro extrajudicial do estado do Paraná, e adota outras providências. Com pareceres favoráveis da CCJ e Conselho de Finanças. Em votação. Quarenta e nove Deputados votaram "sim". **Assinado: ITEM 12 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 407/11**, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 567/11, que cria a 2ª Vara Criminal na comarca de Apucarana, alterando a Lei Estadual nº 14.272, de 30/12/03, e adota outras providências. Com pareceres favoráveis da CCJ e Conselho de Finanças. Em votação. Quarenta e oito Deputados votaram "sim". **Assinado: o projeto. Deputado Ademar Traiane**: "Sr. Presidente, em nome do movimento com o Líder da Oposição, Deputado Edivaldo Walter, agradecer por bem e quarenta e nove que não há e não haverá nenhuma alteração no dia de entrega de propostas um requerimento de dispensa de redação final do Projeto 403/11 do Tribunal de Justiça, até em homenagem aos funcionários aposentados que aqui estão. Vivemos no dia de amanhã e na quarta-feira estará disponível a redação final, assim sendo o projeto estará pronto para ser votado." **Presidente (Valdir Rossoni): "ITEM 13 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 404/11**, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 568/11, que dispõe sobre os valores das remunerações básicas dos servidores civis e militares do Quadro Efetivo e da remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao Art. 37, inciso X, da Constituição Federal. Com pareceres favoráveis da CCJ e Conselho de Finanças. Lei Decretado." **Deputado Caetano Quatrinha (PMDB) (Para Encaminhamento)**: "Agora aprovamos a votação do projeto por fazemos uma constatação que V. Ex. e a Executiva da Casa interpretam a possibilidade de tempo, não cargo, da Assembleia, também um requerimento não de redação quanto aos demais. Porque vamos bem, alguns assuntos para todos os outros Poderes, para entidades, para outros órgãos. Por exemplo, o Tribunal de Contas, que tem parte do orçamento da Legislativa - pessoal do Tribunal não paga, mas na verdade o Tribunal é dependente do orçamento da Legislativa. E não, tem também constatação, sempre tivemos nos pedidos às demais. Acho que é justo que a Assembleia, da mesma forma como V. Ex., em demonstrar momentos valoriza a Legislativo por transferência que temos que ter - e acho que é justo - visto que temos orçamento. E até como posso pedir para o Tribunal de Justiça, também e quanto às informações que já vi enviado de V. Ex., precisamos valorizar esse Poder - o que é o seu direito - por esta razão logo este encaminhamos. Obrigado." **Sr. Presidente (Deputado Valdir Rossoni)**: "Continuamos em discussão o Projeto de Lei 404. Agora, Quarenta e nove Deputados votaram favoráveis. **Assinado: ITEM 14 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 444/11**, de autoria do Poder Judiciário - Mensagem nº 821/11, que altera a distribuição e atribuições das Secretarias do Estado de Ciência e da Tecnologia, do Trabalho, Esporte e Recreação Social, da Cidadania, e outras gratificações de encargos especiais no âmbito do Poder Judiciário do Estado, além de outras providências, transferindo e criando cargos de provimento em comissão, no âmbito das Secretarias do Estado Competentes do Poder Executivo da cidade do Paraná. Com pareceres favoráveis da CCJ e Conselho de Finanças. Em votação. Quarenta e nove Deputados votaram "sim". **Assinado: ITEM 15 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 446/11**, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 620/11, que dispõe sobre a remuneração anual dos servidores dos serviços, civis e militares, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais da Promotoria do Ministério Público do Paraná. Com pareceres favoráveis da CCJ e Conselho de Finanças. Está sendo o projeto por cinco sessões, conforme exposto anteriormente. **ITEM 16 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 501/11**, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 709/11, que altera as disposições que especificam, de Lei Estadual nº 14.272, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, e cria a 2ª Vara Civil e a 2ª Vara Criminal na Comarca de União da Vitória, e adota outras providências. Com pareceres favoráveis da CCJ e Conselho de Finanças." **Deputado Raulo Rodrigues (PMR) (Para encaminhar)**: "Sr. Presidente, V. Ex., retiro da pauta o item nº 15, não encaminho. Há um requerimento na mesa?" **Sr. Presidente (Deputado Valdir Rossoni)**: "Há um requerimento dos dois. (Nelson Junior, do Governo e da Oposição, porque não, para dar um encaminhamento, não vamos considerar a Proposta para encaminhamento, porque há um encaminhamento dos Sr. Líderes - que tem momento para já ter encaminhado. Vamos discutir esta dúvida com os Sr. Líderes, conversando com o Procurador, com quem ele está discutindo, para que possam definir as dúvidas e poderemos votar o projeto." **Deputado Raulo Rodrigues**: "Obrigado, Sr. Presidente." **Sr. Presidente (Deputado Valdir Rossoni)**: "Eu que agradeço V. Ex. Está em discussão o Projeto de Lei nº 501/11. Está em votação. Encerrada a votação, 48 Sr. Deputados votaram "sim". Está encerrado o Projeto de Lei nº 501/11." **Deputado Luiz Eduardo Chelid (PMDB) (Para encaminhar)**: "Agora para encaminhar a proposta da Vereadora Elza, de Saranópolis, que é Presidente da Câmara Municipal de Maracumirim e está aqui com o seu esposo Rodrigo, prestigiado e a nossa senado." **Sr. Presidente (Deputado Valdir Rossoni)**: "Sejam bem-vindos a Vereadora Elza e seu esposo à nossa Casa. Saudamos vocês em nome do Deputado Chelid. Muito mais importante a votar, decisão ocorrendo a presente sessão, encerrada esta para encaminhar, dia 21, a hora legislativa, com a seguinte Ordem do Dia: Rodolfo Avelar dos Projetos de Lei nºs 355, 356 e 360/11; 2ª Discussão do Projeto de Lei nºs 066, 069, 104, 403, 407, 409, 461, 465 e 501/11; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 021, 145, 468, 451, 11 e do Projeto de Resolução nº 020/11. Levantamos a sessão."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO Nº.: 07/11



Proposta de Emenda à Constituição nº.: 07/11

Autoria: Deputados Estaduais Evandro Júnior, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni

SÚMULA: ALTERA O INCISO I E A ALÍNEA "C" E ACRESCENTA A ALÍNEA "D" AO §1º DO ARTIGO 26 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.

EMENTA: MUNICÍPIOS. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DECORRENTE DE LIMITAÇÕES AMBIENTAIS E URBANÍSTICAS. MANACIAIS DE ÁGUA POTÁVEL OU DEPOSITÁRIO FINAL DE RECURSOS SÓLIDOS. AMPLIAÇÃO DOS ENTES RESPONSÁVEIS PELO PAGAMENTO DA COMPENSAÇÃO. ALTERAÇÃO DO ART. 26 DA CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE E MÉRITO ANALISADAS FAVORAVELMENTE. ANÁLISE FAVORÁVEL

PREÂMBULO

A presente proposta de emenda à constituição do Estado do Paraná, de autoria dos Excelentíssimos Deputados Estaduais Evandro Júnior, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni, tem o condão de alterar o contido no art. 26 da Constituição Estadual, estabelecendo critérios claros e objetivos para estipular os valores compensatórios que os municípios terão direito no caso de limitações urbanísticas ou ambientais por possuírem mananciais de água potável ou serem depositários finais de resíduos sólidos, bem como a ampliação dos responsáveis pelo pagamento de referida compensação.



FUNDAMENTAÇÃO

Em conformidade com o contido no art. 191, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, compete à Comissão Especial apreciar a constitucionalidade, bem como mérito, das emendas constitucionais apresentadas ao Plenário desta Casa de Leis, vejamos:

Art. 191. A Assembleia constituirá Comissão Especial composta por cinco membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Importante salientar que a proposta recebeu apenas uma emenda, de autoria do Deputado Relator da Proposta de Emenda à Constituição, em que propõe a alteração do §1º, do art. 26, substituindo o vocábulo "resíduos sólidos metropolitanos" por "resíduos sólidos metropolitanos ou regionais".

Isso posto, importante analisarmos a legitimidade dos Excelentíssimos Deputados Estaduais que subscreveram a proposta de emenda à constituição. Vejamos o que estabelece a Constituição do Estado do Paraná acerca do tema:

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;
§ 1º. A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal
no Estado, estado de defesa ou estado de sítio.

Como podemos perceber pelo contido às fls. 06 da presente proposta, a mesma recebeu o apoio de 23 Deputados Estaduais, atendendo ao estabelecido pelo inciso I do artigo supra citado; da mesma forma, o Estado do Paraná não se encontra em estado de intervenção federal, estado de defesa ou sítio, logo legítima a propositura da emenda à constituição, não incorrendo na vedação prevista no §1º do art. 64.

Também não podemos deixar de analisar a legitimidade quanto à temática da presente proposta. A Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar
concorrentemente sobre:
I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

A Constituição Estadual do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil, vem em seu artigo 13 estabelecer que:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

DL
46
92

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:
I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Portanto, ao não invadir a competência legislativa exclusiva da União ou dos Municípios, não há qualquer óbice na esfera constitucional.

Por fim, quanto a legalidade e constitucionalidade, resta analisarmos se a proposta não invade a competência privativa do Poder Executivo. Vejamos o contido nos arts. 65 e 66 da Constituição Estadual:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Da mesma forma como já exposto, ao não infringir a competência legislativa exclusiva do Poder Executivo, não há qualquer embargo quanto à legitimidade para o regular trâmite da proposta de emenda à constituição de nº.: 07/11.

Com base em todo o exposto, conclui-se que a proposta não encontra qualquer óbice legal quanto à sua tramitação, pois atende a todos requisitos legais impostos para o encaminhamento ao Douto Plenário para apreciação dos pares.

DO MÉRITO

Superada a análise acerca da constitucionalidade e legalidade da presente proposta, há de se analisar o mérito da mesma, pois cabe à Comissão Especial não só a análise constitucional, como também a análise acerca do mérito da matéria.

A proposta de emenda à Constituição Estadual de nº.: 07/11 tem por objetivo fixar, de forma clara e objetiva, critérios para estipulação dos valores que servirão de compensação financeira aos municípios que vierem a sofrer diminuição ou perda de receita por atribuições e funções decorrentes do planejamento regional, nos termos do art. 28 da Constituição Estadual,



bem como ampliação da gama de entes responsáveis pelo pagamento de retenção compensação.

As alterações propostas visam adequar a Carta Magna paranaense à Política Nacional dos Recursos Hídricos (Lei Federal 9.433, de 08 de janeiro de 1997), bem como à Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual 12.726, de 26 de novembro de 1999).

A Lei Federal 9.433/97 estabelece, de forma taxativa, em seu art. 5º, que um dos instrumentos de execução da Política Nacional dos Recursos Hídricos é a compensação aos municípios. Vejamos:

Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

(...)

V - a compensação a municípios;

No mesmo sentido, a Lei Estadual 12.726/99 também vem ao encontro da presente proposta, fazendo constar em seu texto inúmeras formas de fomento, incentivo e compensação aos municípios que se enquadrem no objeto da presente proposta: prestando serviços essenciais de interesse coletivo, mantendo e preservando mananciais ou sendo depositário final de recursos sólidos.

O município que possui um manancial de água potável em seu território possui um entrave ao desenvolvimento, vez que acompanhado do manancial sempre há a decretação daquela área, e de seu entorno, como área de proteção ambiental, sofrendo sérias restrições de uso do solo, conforme legislação específica acerca do tema (Lei 9.555, de 18 de julho de 2000).

Da mesma forma, o município que for destinatário final de resíduos sólidos sofre séria restrição, não apenas pelo acúmulo de resíduos em determinada área, mas também pela grande desvalorização imobiliária da localidade e seu entorno, afastando investimentos que poderiam vir a fomentar a arrecadação municipal e, conseqüentemente, trazendo avanços e benefícios aos seus municípios.

Ora, pelo exposto até o presente momento concluímos que da forma que está só há ônus aos municípios que preservam mananciais ou se tornam depositário de resíduos sólidos. No primeiro cenário há restrição de uso e no segundo uma desvalorização de seu território; logo, a presente proposta pretende estabelecer aos municípios um bônus, ou seja, meios para compensá-los pelos prejuízos causados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

Fls. 48

Nada mais justo que compensar os municípios que prestam esses importantes e relevantes serviços de interesse coletivo, não apenas como reconhecimento pelos serviços prestados, como também indenizar pelas limitações urbanísticas e ambientais sofridas.

A presente proposta prevê que "os municípios que, através de norma estadual, recabarem restrições ao seu desenvolvimento socioeconômico, limitações ambientais e urbanísticas, em virtude de possuírem mananciais de água potável que abastecem outros Municípios e empreendimentos públicos ou privados que façam uso desses recursos hídricos, ou por serem depositários finais de resíduos sólidos metropolitanos, absorvendo aterros sanitários, terão direito à compensação financeira mensal".

Importante frisar que o texto proposto para nova redação do §1º, do art. 26, estabelece, de forma taxativa e com clareza solar, os requisitos para que o município tenha direito à compensação, evitando com isso interpretações dúbias acerca do tema; e mais, os serviços prestados (preservação do manancial) ou limitações sofridas (depósito de resíduos sólidos) deverão ter alcance coletivo, não podendo beneficiar apenas seus munícipes.

A proposta também acrescenta ao inciso I alguns entes que serão responsáveis pela compensação devida aos municípios: permissionárias, sociedades de economia mista, empresas públicas ou empresas privadas.

Tal adequação legislativa faz-se necessária para adequar à Constituição Estadual aos novos modelos de gestão implantados pela administração pública, não deixando lacunas no texto constitucional para interpretações equivocadas.

O texto original estabelecia que apenas as concessionárias de serviços públicos tenham a obrigação de compensar as perdas dos municípios; ora, hoje há permissionárias, empresas públicas, empresas privadas e sociedades de economia mista prestando serviços que se enquadram no objeto da presente proposta, devendo todos esses entes serem tratados da mesma forma que eventuais concessionárias que explorem os mesmo serviços, não podendo a Constituição Estadual tratá-las de forma desigual.

Outro ponto que merece destaque na presente proposta é a vinculação da receita a que os municípios terão direito. No texto original, a Constituição Estadual prevê que os recursos compensatórios deverão ser utilizados em programas de urbanização, de desenvolvimento social e de preservação ambiental; com o novo texto, os municípios beneficiados deverão utilizar os recursos para programas de infraestrutura urbana, de desenvolvimento social, de recuperação e preservação do meio ambiente e de saneamento ambiental.



Como se percebe, há a ampliação do leque de aplicação dos recursos, mas sempre focado no bem estar dos munícipes.

Por fim, a proposta inclui um critério para o cálculo do montante a ser compensado aos municípios: "a compensação será calculada tendo por base o valor médio da tarifa de água do exercício anterior ao ano pretendido, conforme dados apresentados ao Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS".

Importante fazer constar expressamente no texto da lei como o valor compensatório será calculado, pois incontáveis vezes uma norma já deixou de ter eficácia plena decorrente de batalha judicial intermináveis objetivando sanar dúvidas acerca como determinados valores seriam calculados ou corrigidos.

DA EMENDA APRESENTADA

A emenda apresentada, da mesma forma que a proposta, não encontra qualquer óbice para sua aprovação, pois apenas propõe a alteração do §1º, do art. 26, substituindo o vocábulo "resíduos sólidos metropolitanos" por "resíduos sólidos metropolitanos ou regionais"; logo, por não afrontar qualquer legislação, bem como no mérito aprimorar o projeto original, suprimindo eventuais vazios legislativos, o parecer é pela aprovação da emenda apresentada à proposta.


CONCLUSÃO

Com base em todo o exposto, por estar a proposta à emenda constitucional confeccionada de forma clara e objetiva, regulamentando matéria de suma importância para os municípios paranaenses e, também, tanto a análise legal constitucional quanto a análise de mérito não encontrar qualquer óbice para o prosseguimento de sua tramitação, opinamos **FAVORAVELMENTE** à proposta aqui analisada, podendo ser encaminhada ao Doutor Plenário para análise dos demais pares.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2012


PEDRO LUPION

Presidente da Comissão Especial


CESAR SILVESTRI FILHO

Relator da Comissão Especial



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

EMENDA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 07/2011

DL

Fls. 50

Proposta de Emenda à Constituição nº.: 07/2011

Autores: Deputados Evandro Júnior, Rasca Rodrigues e Valdir Rossoni

O Deputado ao final subscrito apresenta a seguinte emenda à proposta de emenda à constituição acima epigrafado, cujos dispositivos alterados passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. O §1º, do art. 26, da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. (...)

§1º - Os Municípios que, através de norma estadual, receberem restrições ao seu desenvolvimento socioeconômico, limitações ambientais e urbanísticas, em virtude de possuírem mananciais de água potável que abastecem outros Municípios e empreendimentos públicos ou privados que façam uso desses recursos hídricos, ou por serem depositários finais de resíduos sólidos metropolitanos ou regionais, absorvendo aterros sanitários, terão direito à compensação financeira mensal."

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012

CESAR SILVESTRI FILHO
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Gabinete 702 - 7º andar
Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 513/12

Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 11.713/97, observadas as alterações da Lei nº 15.050/06.

Art. 1º Ficam alterados os dispositivos da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, observadas as alterações introduzidas pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006.

Art. 2º O *caput* do art. 20 da Lei nº 11.713/97, com a redação dada pela Lei nº 15.050/06, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 20. A Carreira Técnica Universitária é composta de três cargos, denominados Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional, cada qual composto por funções singulares ou multicupacionais agregadas, estruturados em três classes crescentes que determinam a linha de desenvolvimento profissional de cada cargo, de acordo com a exigência de escolaridade para cada cargo e função, conforme Anexo I desta Lei".

Art. 3º O § 5º do art. 20 da Lei nº 11.713/97, com a redação dada pela Lei nº 15.050/06, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 20. ...

(...)

§ 5º Classe é o agrupamento de funções de mesma escolaridade e complexidade ocupacional com escalonamento crescente de acordo com as exigências de tarefas e atividades das funções do cargo”.

Art. 4º O § 6º do art. 20 da Lei nº 11.713/97, com a redação dada pela Lei nº 15.050/06, passa a ter a seguinte redação:

“Art.20. ...

(...)

§ 6º Desenvolvimento profissional do cargo e função é o processo de crescimento horizontal e vertical na carreira, por intermédio dos institutos de desenvolvimento denominados progressão e promoção, respectivamente”.

Art. 5º Fica suprimido o § 7º do art. 20 da Lei nº 11.713/97, com a redação dada pela Lei nº 15.050/06.

Art. 6º O art. 21 da Lei nº 11.713/97, com a redação dada pela Lei nº 15.050/06, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 21. A quantidade de vagas é fixada por Universidades e Hospitais Universitários, na forma do Anexo II desta Lei e sendo alteradas somente por Lei.

§ 1º As classes serão de referências de vencimento contínuas, tendo a classe imediatamente superior, valores superiores e crescentes em relação à classe imediatamente inferior, com intervalo de 3,5% (três vírgula cinco por cento) e sendo o intervalo inicial entre as duas primeiras referências de cada classe de 5% (cinco por cento) para cada cargo.

§ 2º O rol das funções componentes do cargo, com os requisitos de ingresso em cada classe, são as dispostas na forma do Anexo III (A-B-C) desta Lei.

§ 3º A carga horária do cargo Agente Universitário e das funções componentes é de quarenta horas semanais, aplicando-se a tabela de vencimento básico do Anexo V desta Lei.

§ 4º A jornada de trabalho de funções em atividades ou locais considerados insalubres, perigosos ou penosos seguirá a legislação estadual específica vigente e aplicável aos servidores públicos do Estado.

§ 5º A descrição das atribuições e tarefas do cargo, das funções componentes, jornada e outras características serão definidas no Perfil Profissiográfico do Cargo e Funções, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior –SETI e a Secretaria de Estado da Administração e Previdência – SEAP”.

Art. 7º O art. 22 da Lei nº 11.713/97, com a redação dada pela Lei nº 15.050/06, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 22. O provimento nas funções do cargo de Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional se dará na classe correspondente à escolaridade exigida para o ingresso, na forma do Anexo III (A-B-C) e atendidos os seguintes requisitos:

- I - existência de vaga no cargo;
- II - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;
- III - inspeção e avaliação médica obrigatória por órgão pericial do Estado ou credenciado pela instituição de ensino, podendo integrar a inspeção médica a avaliação psicológica;
- IV - registro profissional no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por Lei;
- V - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo e da função, previstos em legislação ou contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Parágrafo único. A comprovação do preenchimento dos requisitos I a V do *caput* deste artigo precederá a nomeação, sendo que o requisito previsto no inciso III terá caráter eliminatório”.

Art. 8º Os §§ 4º e 5º do art. 23 da Lei nº 11.713/97, com a redação dada pela Lei nº 15.050/06, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 23. ...

(...)

§ 4º Considerado estável, o servidor terá automaticamente progressão para a segunda referência da classe em que ingressou.

§ 5º Não será permitida a promoção para o servidor em estágio probatório e antes de decorridos sete anos de efetivo exercício na classe de ingresso".

Art. 9º O art. 25 da Lei nº 11.713/97, com a redação dada pela Lei nº 15.050/06, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 25. O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão e promoção".

Art. 10. O art. 26 da Lei nº 11.713/97, com a redação dada pela Lei nº 15.050/06, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 26. A progressão se dará na classe, ao servidor estável, por antiguidade, titulação e avaliação de desempenho.

§ 1º Progressão é a passagem do servidor, de uma referência salarial para outra, dentro da mesma classe, limitada à última referência salarial da classe.

§ 2º A progressão por antiguidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na carreira, sendo de uma referência salarial, ocorrendo no período em que o servidor completar o tempo requerido para essa modalidade de progressão:

I - será computado o tempo de estágio probatório para este fim;

II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná, para efeitos deste parágrafo;

III - não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados e o afastamento por disposição funcional para outras esferas de poder, para efeitos deste parágrafo.

§ 3º A progressão por titulação será de até duas referências salariais, a cada quatro anos de efetivo exercício na classe, aplicada sempre quando o servidor apresentar os títulos via requerimento e obedecendo:

I - para o cargo de Agente Universitário Operacional, conclusão de cursos relativos à área de atuação ou desempenho no cargo, sendo uma referência para cada vinte horas;

II - para o cargo de Agente Universitário de Nível Médio, conclusão de cursos relativos à área de atuação ou desempenho no cargo, sendo uma referência para cada quarenta horas;

III - para o cargo de Agente Universitário de Nível Superior, conclusão de cursos relativos à área de atuação ou desempenho no cargo, sendo uma referência para cada oitenta horas;

IV - será considerado o somatório de cursos afetos à área de atuação ou ao desempenho do cargo/função, que poderão ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados e que restarão sem eficácia administrativa para as próximas progressões sob esse título;

V - não poderá ser considerado título o curso que caracterize requisito mínimo para ingresso no cargo e função;

VI - os certificados ou diplomas deverão ser de Instituição de Ensino reconhecida legalmente ou convalidados pelo Sistema de Escola do Governo mantido pelo Poder Público, não podendo ser computados de forma cumulativa para nenhum outro instituto de desenvolvimento na carreira;

VII - a progressão a esse título será vinculada ao plano de capacitação instituído pelas Instituições de Ensino voltado ao corpo técnico universitário e de acordo com a função ocupacional exercida, ficando vedada a utilização de titulação externa ao plano de capacitação;

VIII - os títulos apresentados na progressão por titulação restarão sem eficácia administrativa para os institutos de desenvolvimento na carreira, a qualquer título;

IX - as titulações utilizadas para o instituto de desenvolvimento na carreira de progressão observarão as exclusivamente obtidas no interstício entre uma progressão e outra, não se admitindo quaisquer titulações anteriores, sendo que a carga horária total das titulações deverão ser de, no mínimo, 30% (trinta por cento) na modalidade presencial;

X - as progressões serão previstas na Lei Orçamentária Anual.

§ 4º A progressão por avaliação de desempenho será de uma referência salarial, a cada três anos, não coincidente com a progressão por antiguidade:

I - a avaliação de desempenho será anual e sua concessão será de acordo com a média satisfatória das três últimas avaliações;

II - havendo coincidência, prevalecerá a progressão por antiguidade”.

Art. 11. O art. 27, da Lei nº 11.713/97, com a redação dada pela Lei nº 15.050/06, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 27. A promoção ocorrerá entre as classes de um mesmo cargo, de maneira alternada entre uma e outra modalidade, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos.

§ 1º As modalidades da promoção são a de por titulação, também denominado mérito ou por tempo, também denominada antiguidade e obedecendo:

I - o efetivo exercício de no mínimo sete anos na carreira e interstício mínimo de quatro anos na classe;

II - a promoção ocorrerá na referência salarial imediatamente superior, na classe de destino subsequente, superior à classe de origem, onde se iniciará novo interstício para a promoção;

III - os títulos de escolaridade superior deverão ser afetos à área de atuação ou formação do servidor.

§ 2º Os títulos de escolaridade utilizados na modalidade de promoção por titulação deverão ser utilizados uma única vez e restarão sem eficácia administrativa para os institutos de desenvolvimento na carreira.

§ 3º Para promoção, independentemente da modalidade, os requisitos de escolaridade e tempo estabelecidos para a classe devem ser respeitados na forma do Anexo IV da presente Lei.

§ 4º São requisitos de escolaridade para a promoção na carreira, denominada mérito, para o cargo de agente universitário de nível superior:

I – para a Classe I: curso de pós-graduação *stricto sensu* ou dez anos na Classe II mais outro curso de especialização;

II – para a Classe II: curso de especialização e efetivo exercício de no mínimo sete anos na carreira e interstício mínimo de quatro anos na classe.

§ 5º São requisitos de escolaridade para a promoção na carreira para o cargo de agente universitário de nível médio:

I – para a Classe I: curso sequencial, tecnólogo ou curso superior completo;

II – para a Classe II: curso profissionalizante, pós-médio completo, curso superior incompleto cursando o 3º ano ou tempo de no mínimo sete anos na carreira e interstício de quatro anos na classe.

§ 6º São requisitos de escolaridade para a promoção na carreira para o cargo de agente universitário de nível operacional:

I – para a Classe I: ensino médio incompleto cursando o 2º ano;

II – para a Classe II: somente tempo de sete anos na carreira e interstício de quatro anos na classe.

§ 7º A promoção será prevista na Lei Orçamentária Anual”.

Art. 12. O art. 28 da Lei nº 11.713/97, com a redação dada pela Lei nº 15.050/06, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 28. A mudança de função fica condicionada a necessidade de readaptação ocupacional por determinação médica e será precedida de avaliação, observado o Perfil Profissiográfico".

Art. 13. O art. 29 da Lei nº 11.713/97, com a redação dada pela Lei nº 15.050/06, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 29. A estrutura remuneratória da Carreira Técnica Universitária será composta de:

I - vencimento básico ou vencimento base, na forma do Anexo V desta Lei;

II - Adicional por Tempo de Serviço – ATS;

III - salário-família;

IV - vantagens atribuídas no desempenho do cargo e função, sobre o vencimento básico, em atividades ou locais definidos por Lei, para funcionários lotados em unidades em que se apliquem tais vantagens, conforme estabelece legislação estadual específica.

§ 1º Será concedida Gratificação de Titulação de 15% (quinze por cento) sobre seu vencimento básico, ao servidor ocupante do cargo Agente Universitário de Nível superior que estiver na Classe I e que possua título de Doutor, desde que tal título seja compatível com a área de formação ou de atuação do servidor e não tenha sido utilizado para os institutos de desenvolvimento na carreira.

§ 2º Será concedida Gratificação de Atividade de Saúde – GAS, fixada em valor absoluto, na forma do Anexo V desta Lei, de natureza transitória, relativa ao caráter penoso, insalubre e com risco de vida da atividade de saúde, cumulativamente incompatível com o recebimento de gratificação de insalubridade e periculosidade:

I – para efeito deste parágrafo, as unidades, não relacionadas no Anexo V desta Lei, deverão passar pela análise de Comissão de Avaliação instituída para este fim e convalidada pelo órgão de Perícia Oficial do Estado.

§ 3º Será concedida Gratificação de Segurança Patrimonial – GSP, fixada em valor absoluto, na forma do Anexo V desta Lei, de natureza transitória, ao ocupante da função de Agente de Segurança Interna.

§ 4º Será concedida Gratificação de Atividade Artística - GAA, fixada em valor absoluto, na forma do Anexo V desta Lei, de natureza transitória, relativa à aquisição e manutenção de Instrumentos e de Vestuário, exclusiva para as funções de Instrumentista Musical e Músico, que atuem em Orquestra Sinfônica das Instituições de Ensino Superior:

I - a vantagem referida neste parágrafo não servirá de base de cálculo de outras vantagens e exclui a criação ou concessão de quaisquer outras vantagens sob o mesmo título ou fundamento;

II - sobre o valor da vantagem aludida neste parágrafo será imposto descontos sobre faltas;

III - a instauração de processo administrativo disciplinar suspende o pagamento da vantagem de que trata este artigo, a partir do indiciamento do servidor público até a conclusão final e decisão do procedimento;

IV - a assiduidade e a pontualidade dos funcionários da Orquestra, no exercício das funções de músico, constituem requisitos para o recebimento da vantagem aludida neste parágrafo, cujo valor se sujeita à redução, em desfavor do funcionário beneficiário, na base de:

a) 20% (vinte por cento) por falta verificada no ensaio ou outra atividade correspondente;

b) 40% (quarenta por cento) por falta que caracterize reincidência em ensaio ou atividade preparatória da apresentação pública do mesmo espetáculo artístico, musical ou bailado programado;

c) 50% (cinquenta por cento) em caso de falta verificada na apresentação pública do espetáculo artístico programado.

§ 5º As demais vantagens que compõem a remuneração serão calculadas exclusivamente sobre o vencimento básico, ficando vedada a concessão de qualquer outra não prevista nesta Lei.

§ 6º As vantagens de local que necessitem de perícia do órgão oficial do Estado serão devidas somente após laudo de caráter individual ou de local e somente enquanto o servidor permanecer lotado na unidade, sendo extinta sua concessão quando extinto o fato gerador de atribuição.

§ 7º Toda e qualquer vantagem remuneratória prevista nesta Lei comporá base contributiva para a inatividade, de acordo com a legislação constitucional vigente".

Art. 14. A Tabela de Vencimento prevista no inciso I do art. 29 da Lei nº 15.050/06 passará a vigorar de acordo com o Anexo V desta Lei, preservada a situação funcional de cada servidor.

Disposições Finais e Transitórias

Art. 15. O disposto no § 5º do art. 23 da Lei nº 11.713/97, com a redação dada pela Lei nº 15.050/06 e o disposto no art. 27, § 1º, inciso I, da Lei nº 11.713/97, com nova redação dada pelo art. 11 desta Lei, não se aplica aos servidores que se encontram em estágio probatório na data de publicação desta Lei.

Art. 16. Os servidores que na data de publicação desta Lei estiverem recebendo cumulativamente a Gratificação de Atividade de Saúde e a Gratificação de Periculosidade deverão optar pelo recebimento de apenas uma delas, através de declaração expressa, em termo de opção próprio.

Parágrafo único. A opção será feita uma única vez, sendo vedada a posterior alteração, ressalvada a hipótese de alteração de local de trabalho por interesse da Instituição.

Art. 17. O enquadramento dos servidores do Cargo de Agente Universitário que tiveram promoções realizadas até 8 de julho de 2011 com fulcro nos dispositivos declarados inconstitucionais pelo acórdão proferido na ADI nº 698.568-8, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nos cargos de Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional deverá ser realizado respeitando-se essas promoções, conforme consta o Anexo VI desta Lei:

I – os servidores que tiverem obtido promoções na vigência dos dispositivos considerados inconstitucionais que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe I deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Superior, na classe (I, II ou III) correspondente à escolaridade que tinham na data da promoção, respeitadas as promoções intraclasse ocorridos na forma da Lei;

II – os servidores que tiverem obtido promoções na vigência dos dispositivos considerados inconstitucionais que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe II deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Médio, na classe (I, II ou III) correspondente à escolaridade que tinham na data da promoção, respeitadas as promoções intraclasse ocorridos na forma da Lei.

Parágrafo único. Esse enquadramento só é aplicável aos servidores que tiverem sido promovidos com fulcro e na vigência dos dispositivos considerados inconstitucionais até a data de 8 de julho de 2011, em que foi publicado o acórdão proferido na ADI nº 698.568-8, veiculado no Diário Eletrônico do TJ/PR nº 668, de 07 de julho de 2011, conforme consta no *caput* deste artigo.

Art. 18. O enquadramento dos servidores que não tiverem sido promovidos com fulcro nos dispositivos julgados inconstitucionais na ADI nº 698.568-8, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, deverá ser realizado com base na escolaridade do servidor na ocasião do concurso prestado para ingresso na Carreira Técnica Universitária, conforme consta o Anexo VI desta Lei.

I – os servidores que ingressaram na carreira com escolaridade mínima de graduação que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe I deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Superior, na classe I, II ou III correspondente à série de classe A, B ou C e na referência salarial ocupada na data da publicação desta Lei;

II – os servidores que ingressaram na carreira com escolaridade mínima de ensino médio completo que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe II deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Médio, na classe I, II ou III correspondente à série de classe A, B ou C e na referência salarial ocupada na data da publicação desta Lei;

III - os servidores que ingressaram na carreira com escolaridade mínima de ensino fundamental que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe III deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário Operacional, na classe I, II ou III correspondente à série de classe A, B ou C e na referência salarial ocupada na data da publicação desta Lei.

Art. 19. Fica revogado o Decreto nº 7.556/2010.

Art.20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2013 e de acordo com as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 2012.



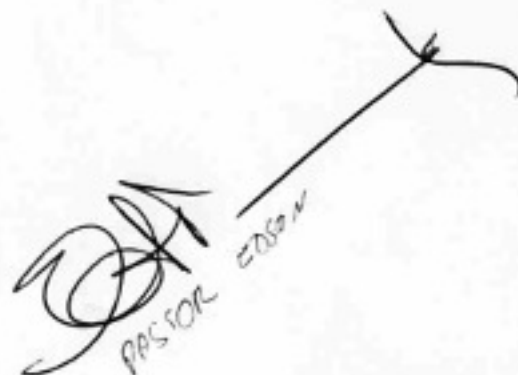
ALEXANDRE CURI
Presidente



RELATOR *MARCELO LIMA*



MARCELO TURCK



PASSOS *EDSON*



DEP. CHEIDA
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº 873/11

D. L.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 NOV. 2011

1º Secretário

Súmula: Dispõe sobre o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná e adota outras providências.

Art. 1º Fica vedado, no âmbito do Estado do Paraná, o extermínio de cães e gatos para fins de controle de população.

Art. 2º Esta Lei institui o controle ético da população de cães e gatos no âmbito do Estado do Paraná, contemplando o seguinte:

- I- identificação e registro
- II- esterilização;
- III- adoção;
- IV- controle de criadouros
- V- campanhas educativas em guarda responsável.

Art. 3º A identificação e registro consistem em procedimentos para se reconhecer o animal, sua origem e características, sejam eles cães ou gatos.

§ 1º As informações para identificação e registro do animal deverão ser fornecidas pelo seu responsável ou por quem o tutela quando se tratar de autoridades municipais.

§ 2º Caberá aos proprietários de criadouros, a identificação e registros dos animais que estejam sob a sua responsabilidade.

Handwritten signature



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§3º As informações a que se refere o §1º deste artigo, constarão de banco de dados do órgão municipal responsável pelo controle ético da população de cães e gatos.

§4º As empresas que comercializam ou que venham a intermediar as adoções de cães e gatos, no âmbito do Estado do Paraná, deverão exigir, no ato da compra ou da adoção, o preenchimento de termo de responsabilidade por pessoa que se responsabilizará pelo animal, nos termos do anexo único desta Lei.

§5º O descumprimento do disposto no §4º deste artigo, implicará em infração apurada pelo órgão de meio ambiente local, que deverá lavrar auto de infração, resguardados os preceitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Art.4º A esterilização deverá ser autorizada pelo responsável pelo animal e se não for possível a identificação do responsável, a autorização será expedida pela autoridade máxima municipal responsável pelo o controle ético da população de cães e gatos

§1º Os procedimentos para a esterilização deverão utilizar meios e técnicas que causem o menor sofrimento aos animais, com a devida comprovação científica nos termos das normas e resoluções dos Conselhos Estadual e Federal de Medicina Veterinária.

Art.5º A eutanásia somente será permitida nos casos em que seja necessária para alívio do próprio animal que se



encontra gravemente enfermo em situação tida como Irreversível.

Parágrafo único. Para que se efetive a eutanásia será necessário o laudo assinado pelo médico veterinário do órgão responsável pela gestão do controle das populações de cães e gatos, precedido de exame laboratorial e outros exames complementares que se fizerem necessários, assegurando a aplicação de método que garanta uma morte sem sofrimento para o animal, nos termos da legislação vigente.

Art.6º O recolhimento de animais, quando necessário, observará procedimentos éticos de cuidados gerais, de transporte e de averiguação da existência de um responsável ou de um cuidador em sua comunidade.

Art.7º O animal reconhecido como comunitário será recolhido, esterilizado, identificado, registrado e devolvido à comunidade de origem.

Art. 8º Para efeitos desta Lei, considera-se:

I-animal comunitário: aquele que estabelece com a comunidade em que vive laços de dependência e de manutenção, ainda que não possua responsável único e definido;

II- cuidador: membro da comunidade em que vive o animal comunitário e que estabelece laços de cuidados com o mesmo.

A



Art. 9º Os animais recolhidos pelo órgão responsável pela gestão de populações de cães e gatos, em encaminhados para canis públicos e ou estabelecimentos oficiais congêneres permanecerão por 7 (sete) dias úteis à disposição de seus responsáveis, oportunidade em que serão obrigatoriamente esterilizados, desde que sejam comprovadas boas condições de saúde.

§1º Vencido o prazo previsto no caput deste artigo, os animais não resgatados pelos seus responsáveis serão disponibilizados para adoção.

§2º Não serão permitidas as adoções de animais sem o correspondente registro, identificação e esterilização.

§3º Animais em situação aparente de maus-tratos não deverão ser devolvidos aos seus responsáveis, devendo ser incluídos diretamente nos programas de adoção.

Art.10 Para efetivação desta Lei, o Poder Executivo local viabilizará as seguintes ações:

I - destinação de local adequado para a manutenção e exposição dos animais disponibilizados para adoção, onde os animais serão separados conforme critério de compleição física, idade e comportamento;

II- campanhas que sensibilizem o público da necessidade da adoção de animais abandonados, esterilização, de vacinação periódica e de que maus tratos e abandono, pelo padecimento infligido ao animal, configuram práticas de crime ambiental;

Ca



III- orientação técnica aos adotantes e ao público em geral para atitudes de guarda responsável de animais, visando atender às suas necessidades físicas, psicológicas e ambientais.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias da data da sua publicação.

Sala das Sessões, novembro de 2011

LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



Justificativa

Apresento aos Nobres Pares desta Assembleia Legislativa e ao povo paranaense, o Projeto de Lei que dispõe sobre a gestão de populações de cães e gatos em áreas urbanas, no âmbito do Estado do Paraná.

A medida tem caráter de urgência, visto a necessidade de o Estado do Paraná, em todos os Municípios, adotarem políticas de proteção e não somente o extermínio como forma de controle de população desses animais.

Importante que se diga que a Constituição Federal asseverou que todos nós temos direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. E, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedando-se, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade. (art.25, § e incisos)

Então, o texto da Carta da República asseverou que é necessária a lei que vede ações que provoquem a extinção de animais, assim como evitar serem eles expostos à crueldade. Neste sentido o Projeto de Lei que ora apresento, foi construído com pessoas que militam na defesa dos animais e que têm a consciência da possibilidade de um meio ambiente equilibrado em que

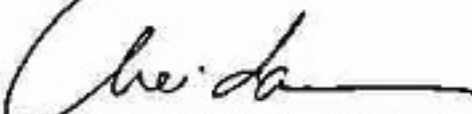
Ch



convivam o homem e os animais de forma harmônica e respeitosa.

Pois bem, o Projeto de Lei, é constitucional e legal, visto que não adentra competência de nenhum Poder Público e está contido na moldura jurídica do parlamentar.

Senhores Deputados, espero o apoio de Vossas Excelências na aprovação deste Projeto de Lei, visto que todos podemos neste momento expor o nosso compromisso com a vida digna dos animais em todo o âmbito do Estado do Paraná.


LUÍZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



ANEXO ÚNICO

TERMO DE RESPONSABILIDADE

.....brasileiro(a)
portador (a) do RG nº....., residente e
domiciliado na Rua....., por
meio deste Termo, se responsabiliza integralmente, assim
como garante todos os cuidados indispensáveis pelo animal
que adquiriu ou recebeu em doação no Estabelecimento
....., com Inscrição estadual
nº....., com endereço na
Rua.....

Curitiba.....dede 2012

.....
Adquirente/Donatário

.....
Vendedor/Doador

Au



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 873/2011

Parecer ao Projeto de Lei nº.: 753/11

Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Chelida

Súmula: Estabelece diretrizes para o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: REGULAMENTA O CONTROLE ÉTICO DE CÃES E GATOS NO ESTADO DO PARANÁ. PROÍBE O EXTERMINIO PARA FINS DE CONTROLE POPULACIONAL. ESTABELECE DIRETRIZES PARA IDENTIFICAÇÃO, REGISTRO, ESTERILIZAÇÃO E OUTROS. POSSIBILIDADE. DIREITO DOS ANIMAIS. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 225, VII. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ART. 207, §1º, XIV. LEI ESTADUAL Nº.: 14.037/03. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL NOS TERMOS DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

1. PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 873/11, de autoria do Excelentíssimo Deputado Estadual Luiz Eduardo Chelida, vem estabelecer diretrizes para o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná e dá outras providências.

2. FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Importante também salientar que, tanto o art. 29, §1º, III quanto o art. 137, §2º, ambos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, estabelecem a possibilidade da apresentação de substitutivos gerais aos projetos de Lei. Vejamos:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Mister salientar também que a Constituição Federal, entre os primados da dignidade da pessoa humana, igualdade e cidadania, também preza pelo direito dos animais e a não tortura, vedação de extinção de espécies, bem como proibição de atos que causem abalos, danos ou submetam os animais a crueldades. Vejamos o que preceitua o art. 225 da Constituição Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Disposição idêntica está presente no art. 207, §1º, XIV, da Constituição do Estado do Paraná.

A defesa em prol dos animais deve ser estimulada, tanto assim o é que o Estado já dispõe de Código Estadual de Proteção aos Animais (Lei 14.037/03), todavia referida legislação não trata de forma específica do assunto objeto do presente projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Desta forma, conclui-se que o presente projeto complementa a legislação quanto à proteção dos animais, não apenas a Constituição Estadual, como também o Código Estadual de Proteção aos Animais.

Por fim, é de se ressaltar igualmente que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou em matéria correlata ("farra do boi"). Vejamos como decidiu a mais alta Corte brasileira acerca do tema:

"A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não proscribida da observância da norma do Inciso VII do art. 225 da CF, no que veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Procedimento discrepante da norma constitucional denominado "farra do boi". (RE 153.531 – Rel. Min. Francisco Rezek, julg. em 13.06.1997, 2ª T., DJ de 13.03.1998 – Rel. pl acórdão Min. Marco Aurélio).

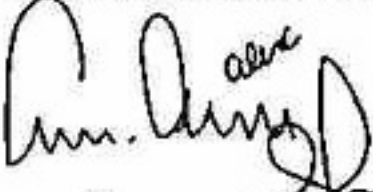
Assim, o presente projeto de lei, nos termos da emenda substitutiva geral, encontra guarida legal e constitucional, merecendo parecer favorável.

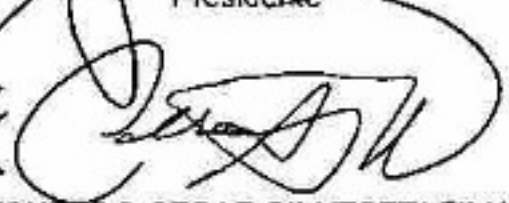
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº. 95/98.

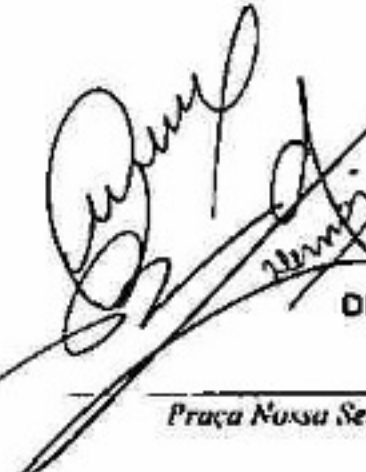
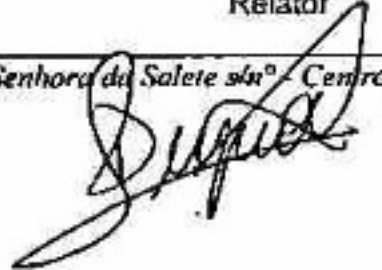
3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei 873/11, nos termos da emenda substitutiva geral, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
Relator



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI 873/11

O Deputado que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, com fulcro nos artigos 29, §1º, III e 137, §2º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Resolução 001/05), propõe a seguinte emenda substitutiva geral ao Projeto de Lei 873/11, de autoria do Excelentíssimo Deputado Estadual Luiz Eduardo Chelda.

O Projeto de Lei 873/11 passa a vigorar com a seguinte redação:

SÚMULA: Dispõe sobre o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná e adota outras providências.

Art. 1º - O Poder Executivo Estadual incentivará a viabilização e o desenvolvimento de programas que visem o controle reprodutivo de cães e de gatos e à promoção de medidas de proteção, por meio de identificação, registro, esterilização cirúrgica e adoção, além de campanhas educacionais para a conscientização pública de relevância de tais atividades, cujas regras básicas seguem descritas nesta Lei.

Art. 2º - Fica vedada a eliminação da vida de cães e de gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, exceção feita a eutanásia, permitida somente nos casos de males, doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas, que coloquem em risco a saúde de pessoas, ou de outros animais, ou que sejam consideradas incuráveis.

§1º - A eutanásia deverá ser justificada por laudo técnico do responsável dos órgãos e estabelecimentos referidos no caput deste artigo, facultado o acesso aos documentos por entidades de proteção aos animais, devendo ser procedida de meios e técnicas que causem o menor sofrimento aos animais, nos termos da legislação vigente.

§2º - Ressalvada a hipótese de doenças infectocontagiosas incuráveis que ofereçam risco à saúde pública, o animal que se encontre na situação prevista no caput poderá ser disponibilizado para resgate por entidade de proteção dos animais, mediante assinatura de termo de integral responsabilidade.

Art. 3º - O animal de rua com histórico de mordedura injustificada e comprovada por laudo médico, será inserido em programa especial de adoção, com critérios diferenciados, prevendo assinatura de termo de compromisso pelo qual o adotante se obrigará a cumprir o estabelecido em legislação específica para cães bravos e de manter o animal em local seguro e em condições favoráveis ao seu processo de ressocialização.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

D. L.
Fls. 23

Parágrafo único – Caso não seja adotado em 90 (noventa) dias, o animal poderá ser eutanasiado, conforme critérios estabelecidos no §1º, do art. 2º, da presente Lei.

Art. 4º - O recolhimento de animais observará procedimentos protetivos de manejo, de transporte e de averiguação da existência de proprietário, de responsável ou de cuidador em sua comunidade.

§1º - O animal reconhecido como comunitário será recolhido para fins de registro e esterilização, devendo ser devolvido à comunidade de origem, após identificação e assinatura de termo de compromisso de seu cuidador principal.

§2º - Para efeitos desta Lei, considera-se "cão comunitário" aquele que estabelece, com a comunidade em que vive, laços de dependência e de manutenção, embora não possua responsável único e definido.

Art. 5º - Não se encontrando nas hipóteses de eutanásia, autorizadas pelo artigo 2º da presente Lei, os animais permanecerão por 7 (sete) dias úteis à disposição de seus responsáveis, oportunidade em que serão esterilizados através de procedimento que cause o menor sofrimento ao animal e com a devida comprovação científica nos termos das normas e resoluções dos Conselhos Estadual e Federal de Medicina Veterinária.

Parágrafo único – Ficam impedidos os antigos proprietários, responsáveis ou cuidadores a retomada dos animais recolhidos em situação aparente de maus tratos, devendo ser incluídos diretamente em programas de adoção.

Art. 6º - Vencido o prazo previsto no artigo anterior, os animais não resgatados serão disponibilizados para adoção, após o registro, identificação e esterilização.

Art. 7º - O Poder Público Estadual poderá firmar convênios e/ou parcerias com municípios, entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas e entidades de classe, para a consecução dos objetivos dessa Lei.

Art. 8º - Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011

Nelson Justus
NELSON JUSTUS
Deputado Estadual

Cesar Silvestri Filho
CESAR SILVESTRI FILHO
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 873/11

Projeto de Lei nº 873/11

Autor: Deputado Luiz Eduardo Cheida

Súmula: Estabelece diretrizes sobre o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná, vedando o extermínio de cães e gatos para fins de controle de população.

EMENTA: REGULAMENTA O CONTROLE ÉTICO DE CÃES E GATOS NO ESTADO DO PARANÁ. PROÍBE O EXTERMINIO PARA FINS DE CONTROLE DE POPULAÇÃO. INSTITUI IDENTIFICAÇÃO, ESTERILIZAÇÃO ENTRE OUTROS. POSSIBILIDADE. DIREITO DOS ANIMAIS CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 225, VII, §1º, XIV, LEI ESTADUAL Nº 14.037/2003. MÉRITO. PARECER CONTRÁRIO À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE AUTORIA DO DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida, visa regulamentar o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná, vedando o extermínio desses animais e adota outras providências.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Os objetivos do presente Projeto de Lei, são de impedir a captura (através das conhecidas carrocinhas) seguida da morte, de cães e gatos por elas recolhidas, bem como o controle populacional das espécies citadas no Artigo 1º da referida propositura.

Para que se compreenda mais sobre a prática adotada nos dias de hoje nos grandes centros é necessário saber que os animais que se encontram na rua são maltratados e mortos cruelmente todos os dias, sem se quer ter a chance de serem recolhidos de forma adequada e eficaz, pelos órgãos competes do Estado. Vale salientar que tal prática é apontada como ineficaz tanto para controle da populacional das espécies, quanto para controle da raiva. Prova disso é o estabelecido pelo 8º Informe Técnico da OMS- Organização Mundial da Saúde (anexo 4), do ano de 1992, que trata o assunto da seguinte forma:

[...] os programas de remoção de cães são ineficazes e onerosos. [...] Não há nenhuma evidência que a remoção de cães tenha trazido impacto significativo para densidades de população dos cães ou para a propagação da raiva. O retorno da população de cães pode ser tão rápido que mesmo com as taxas mais elevadas de remoção registradas (aproximadamente 15% da população de cães), elas são facilmente compensadas por incremento nas taxas de sobrevivência. Além disso, a remoção de cães pode ser inaceitável para as comunidades. [...] Três métodos práticos de controle da população de cães são reconhecidos: limitação do movimento, controle do habitat e controle da reprodução.

É espantoso admitirmos que quase vinte anos depois a publicação desse estudo o poder público ainda negue a aplicabilidade dos direitos constitucionais estabelecidos pelo Art. 225 da Carta magna, bem como do Art. 207 §1º, XIV da constituição do Estado do Paraná, no tratamento adequado desses animais. Prova disso é a Lei nº 14.037/2003, que em momento algum trata da matéria em questão.

É necessário ainda destacar que além da abordagem que envolve a área da saúde pública, o Projeto de Lei atende às questões relativas à defesa dos animais, na medida em que proíbe a prática que os leva à morte de forma desumana e desnecessária. A legislação federal tipifica como crime



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



as práticas caracterizadas como maus tratos a animais quer sejam domésticos, domesticados, nativos ou exóticos (Lei 9605, de fevereiro de 1998 - Lei de Crimes Ambientais). A tutela dos animais pelo Estado é garantida na Constituição Federal, Estadual e também pelo artigo 1º do Decreto-Lei nº 24.645, de 10 de julho de 1934.

A proposta inova a medida que cria a figura do "cuidador" (membro da comunidade em que vive o animal comunitário e que estabelece laços de cuidados com o mesmo) e do "animal comunitário" (aquele que estabelece com a comunidade em que vive laços de dependência e de manutenção, ainda que não possua responsável único e definido), mostrando que é perfeitamente possível a convivência harmoniosa entre os humanos e os animais domésticos nos centros urbanos, sem a necessidade de extermínio de uma espécie para beneficiar a outra.

A iniciativa do Nobre Deputado certamente levará o Estado do Paraná a ampliar a discussão a respeito da legalidade das práticas de criação de animais para companhia.

Outro ponto importante, é o debate na pauta de reuniões da Agenda 21 Paraná, sobre este assunto. O tema norteador da proposta em questão é o dos Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida. Todas as iniciativas relativas ao tema da defesa e proteção dos animais são voltadas a aplicabilidade e aos interesses do atual Governo, uma vez que faz parte do seu Plano de Ações a implantação da Rede Estadual de Proteção aos Animais do Paraná já no ano de 2012.

FUNDAMENTAÇÃO

Ao analisarmos a proposta em questão, verificamos a existência de Emenda Substitutiva Geral do eminente relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça que estabelece objetivos contraditórios à proposta original, e aos preceitos constitucionais e legais que passamos a relatar nos itens seguintes:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



ART. 2º

O Artigo 2º do Projeto de Lei em questão estabelece que:

Art. 2º Esta Lei institui o controle ético da população de cães e gatos no âmbito do Estado do Paraná, contemplando o seguinte:

I – Identificação e registro;

II – Esterilização;

III – Adoção;

IV – Controle de criadouros;

V – Campanhas educativas e guarda responsável

Já o Art. 2º da Emenda substitutiva trata a questão da seguinte forma:

Art. 2º Fica vedada a eliminação da vida de cães e de gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, exceção feita a eutanásia permitida somente nos casos de males, doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas, que coloquem em risco a saúde de pessoas, ou de outros animais, ou que sejam consideradas incuráveis.

§1º A eutanásia deverá ser justificada por laudo técnico do responsável dos órgãos e estabelecimentos referidos no caput deste artigo, facultado o acesso aos documentos por entidades de proteção aos animais, devendo ser procedida de meios e técnicas que causem o menor sofrimento aos animais, nos termos da legislação vigente.

§2º Ressalvada a hipótese de doenças infectocontagiosas incuráveis que ofereçam risco à

2



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



saúde pública, o animal que se encontre na situação prevista no caput poderá ser disponibilizado para resgate por entidade de proteção dos animais, mediante assinatura de termo de integral responsabilidade.

Enquanto na proposta original o artigo 2º toma todos os cuidados para que não haja brechas na continuidade da prática adotada atualmente e que se deseja substituir. A Emenda Substitutiva Geral tem objetivos completamente opostos.

Destacamos primeiramente o uso do termo eutanásia. Ao proferi-lo, equivoca-se o autor, por ser tecnicamente este sinônimo de "boa morte". É o que se pretende autorizar nesse caso é o extermínio. Não há considerações plausíveis de "boa morte" para aquele que deseja estar vivo. O uso do termo eutanásia só pode ser permitido quando for para benefício do animal e não é esse o caso tratado Artigo 2º da Emenda Substitutiva Geral.

Posteriormente é necessário que atentemos para o princípio constitucional da Legalidade do ato tratado como eutanásia.

Relativo a esse princípio, os programas de controle com arrimo na exterminação dos animais errantes, afrontam os dispositivos constitucionais, contrariando o princípio da legalidade administrativa no que tange a conformidade com o ordenamento, considerando que a liberdade discricionária só existe *intra legem*. Dado que o artigo 225, § 1º, VII, determina que sejam "(...) vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade", qualquer ação, mesmo que advenha do Estado, na pessoa do Administrador, é manifestadamente inconstitucional. Não obstante sua inconstitucionalidade, a matança indiscriminada de animais constitui conduta típica, consoante com o artigo 32 da Lei Federal 9.605/98 (lei de crimes ambientais): "Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos". Sendo assim é oportuno dizer que se à administração pública é impossibilitada a ação *extra legem*, incorrer em crime é algo absolutamente impensado.

Podemos dizer então que, mesmo não sendo os animais doutrinariamente considerados sujeitos de direitos, os dispositivos legais e os princípios jurídicos, em especial os que regem o direito administrativo,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



impedem que haja uma disposição, indiscriminada, da vida animal. Fica claro então que matar animais, ainda que com o propósito de assegurar a saúde pública, é manifestadamente ilegal, por entrar em choque com a legislação que impede tratamento cruel e extermínio dos mesmos desarrazoadamente, este tipificado como crime.

Nesse caso então, legitimar o Poder Público do Estado do Paraná com programa de controle eutanásico como estabelece o caput Art. 2º da Emenda Substitutiva Geral e seus Parágrafos, só nos levará de encontro a maioria dos princípios que legitimam os atos administrativos, tanto pelo choque dos meios utilizados com a legislação, como pela ineficácia dos mesmos, através de flagrante vício de competência.

ART. 3º

O Artigo 3º do Projeto de Lei em questão estabelece que:

Art. 3º A identificação e registro consistem em procedimentos para se reconhecer o animal, sua origem e características, sejam eles cães ou gatos.

§1º As informações para a identificação e registro do animal, deverão ser fornecidas pelo seu responsável ou por quem o tutela quando se tratar de autoridades municipais.

§2º Caberá aos proprietários de criadouros, a identificação e registros dos animais que estejam sob sua responsabilidade.

Já o Art. 3º da Emenda substitutiva trata a questão da seguinte forma:

Art. 3º O animal de rua com histórico de mordedura injustificada e comprovada por laudo médico, será inserido em programa especial de adoção, com critérios diferenciados, prevendo assinatura de termo de compromisso pelo qual o adotante se obrigará a cumprir o estabelecido em legislação específica para cães bravos e de manter o animal em local seguro e em



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



condições favoráveis ao seu processo de ressocialização.

Parágrafo Único - Caso não seja adotado em 90 (noventa) dias, o animal poderá ser eutanasiado, conforme critérios estabelecidos no §1º do Art 2º, da presente Lei.

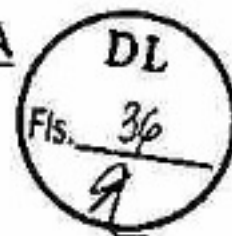
O Projeto de Lei original não rotula aqueles animais que apresentem comportamentos supostamente agressivos, como "cão com histórico de mordedura", uma vez que um animal pode apresentar um determinado comportamento em virtude de diversas variáveis, principalmente quando está com medo ou se sentindo acuado, até como defesa da própria vida. Não se tem mecanismos seguros para rotular um animal de bravio, quando este está em situação de fragilidade, como o caso de estar na rua por ter sido abandonado ou ter se perdido.

Outro fato relevante é o uso do termo animal de rua. Essa categoria de animal que não existe: o animal de rua. Consideramos que o termo é totalmente inadequado, o que faz parte da nossa realidade verdadeiramente, são animais na rua, o que é muito diferente e pode levar a ações muito distintas. Essa denominação tem sido amplamente combatida pelo segmento da defesa dos Direitos Animais, que busca melhorar as condições de vida dos animais, na convivência com os humanos. Não podemos permitir que em tempos modernos continuemos a classificar os animais de forma pejorativa e degradante.

Mas o fator preponderante ao redor o estabelecido pelo caput do Art.3º da Emenda Substitutiva Geral, é a questão da inadmissibilidade em uma lei que pretende acabar com recolhimento e morte de animais a título de controle da população, que se apresente um parágrafo autorizando a morte daqueles que apresentam comportamento agressivo e que não tenham tido a oportunidade de encontrar um novo lar num período de apenas noventa dias.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



CONCLUSÃO:

Diante dos motivos expostos, é inegável concluir quanto a legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei do Ilustre Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida, uma vez que se confrontados os pareceres dos eminentes relatores da matéria na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, Deputado Tadeu Veneri fls 12 a 14, e Deputado Cesar Silvestri Filho fls 24 a 26, os mesmos fazem uma abordagem idêntica quanto a legalidade e constitucionalidade assunto. Razão pela qual opinamos pelo parecer contrário à Emenda Substitutiva Geral e pela aprovação da proposta na sua, forma original.

Sala das Comissões, 13 de março de 2012.


PRESIDENTE EM EXERCÍCIO


DEPUTADO RASCA RODRIGUES - PV

Relator











Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura

DL

40

[Assinatura]

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 873/2011

Projeto de Lei nº. 873/2011

Autor: Deputado Luiz Eduardo Cheida

Súmula: Dispõe sobre o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná e adota outras providências.

O Projeto de Lei 873/2011, de autoria do nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo vedar o extermínio de cães e gatos para fins de controle da população. Estabelece a obrigatoriedade de identificação e registro das pessoas por eles responsáveis, políticas de esterilização e adoção, controle de criadouros e campanhas educativas zelando pela guarda responsável. Autoriza a realização da eutanásia somente nos casos em que seja necessária para alívio do próprio animal que se encontra enfermo, em situação tida como irreversível, sendo para tanto necessário um laudo assinado pelo médico veterinário do órgão responsável pela gestão do controle da população de tais animais.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 14/12/2011, tendo como relator o Deputado Cesar Silvestri Filho, que na ocasião apresentou uma Emenda Substitutiva Geral. Tal emenda abre alguns precedentes no que diz respeito à prática da eutanásia, permitindo tal prática nos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura



casos de males, doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas, que coloquem em risco a saúde de pessoas ou de outros animais ou que sejam consideradas incuráveis. Determina, ainda, que o animal de rua com histórico de mordedura injustificada e comprovada por laudo médico será inserido em programa especial de adoção sendo que, caso não seja adotado em noventa dias, poderá sofrer eutanásia.

Ocorre que o Projeto original já prevê a prática de eutanásia, mas apenas visando ocasionar o alívio do próprio animal, em casos de doenças consideradas irreversíveis. Consideramos que a ampliação do hall de casos em que é permitida tal prática vai contra a principal intenção do projeto original, que é justamente restringir os casos em que a eutanásia é autorizada, optando pela esterilização dos animais com chance de cura e assim culminando numa diminuição, a longo prazo, dos animais abandonados.

Como já abordado no Parecer sobre a Proposição da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, elaborado pelo nobre Deputado Rasca Rodrigues, a prática de controle de animais atualmente adotado nos grandes centros, que consiste na captura seguida do abate de cães e gatos de rua (popularmente conhecida como carrocinha), visando o seu controle populacional, é apontada como ineficaz pela Organização Mundial da Saúde - OMS em informativo elaborado já em 1992. Tal informativo indica como formas eficientes de controle da densidade demográfica de animais



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura



apenas a limitação do movimento, o controle do habitat e o controle da reprodução.

Além disso, não existe qualquer estudo que indica mecanismos seguros e específicos para se rotular um animal como agressivo, não se podendo afirmar que o animal é perigoso por "apresentar um histórico de mordedura". Isto porque as manifestações de cães supostamente agressivos dependem de vários fatores externos, como em casos em que o animal está com medo ou se sentindo acuado, até como defesa da própria vida, reagindo a incentivos que não justificam tal rotulação, não existindo possibilidade de um laudo médico atestar tal estado mental.

Por fim, cabe observar que o Projeto de Lei original busca dar cumprimento ao estabelecido pelos arts. 225, § 1º, VII da Constituição Federal e 207, § 1º, XIV da Constituição do Estado do Paraná, ao Decreto-Lei 24.645/1934 e à Lei Federal 9.605/1998, sendo que todas as normas supracitadas visam estabelecer medidas de proteção aos animais e evitar qualquer tipo de maus-tratos.

Diante do exposto, no que diz respeito à análise desta Comissão, consideramos que o Projeto de Lei original, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, tem um alcance muito maior, comparado ao Substitutivo Geral do Deputado Cesar Silvestri, no que diz respeito à proteção e defesa dos animais, não deixando lacunas para o seu extermínio por critérios subjetivos e




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura


DL
43
s.
43

estabelecendo casos concretos e pontuais onde tal prática pode ser adotado.

Desta forma, somos pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei na sua forma original, opinando pela rejeição da Emenda Substitutiva Geral da CCJ.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2012.


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.
Presidente


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 873/2011


O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, dispõe sobre o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo tem caráter de urgência, visto a necessidade de o Estado do Paraná, em todos os Municípios, adotarem políticas de proteção e não somente o extermínio como forma de controle de população desses animais.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 10 de julho de 2012.


Dr. Batista
Presidente,


Relator





PROJETO DE LEI

464/12

Súmula: Altera o art. 6º da Lei 9.579,
de 22 de março de 1991.

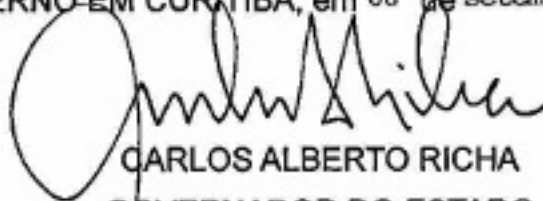
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera o art. 6º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º. As organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do Conselho habilitar-se-ão, nos períodos a serem estabelecidos, perante a Secretaria Executiva do CEDCA, comprovando por documentos suas atividades há pelo menos 1 (um) ano, indicando seu representante e respectivo suplente.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 06 de setembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICHA
GOVERNADOR DO ESTADO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 SET. 2012

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 056 /2012

Curitiba, 06 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 10/09/2012.

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa anteprojeto de lei dando nova redação ao artigo 6º da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991, objetivando excluir a exigência do registro de utilidade pública estadual para as entidades que desejam integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Como justificativa da presente proposta de alteração legislativa, cabe mencionar que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, em assembleia realizada no dia 10 de fevereiro de 2012, aprovou a dispensa de registro de utilidade pública estadual com a finalidade de aumentar a participação popular através das organizações da sociedade civil, conforme ata publicada no Diário Oficial nº 8676, de 21 de março de 2012.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência minhas considerações.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.383.343-2



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
 GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

- 1 -



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

Parecer ao Projeto de Lei nº 464/2012

Súmula: Altera o Art. 6º da Lei 9.579/1991, que dispõe sobre a criação, organização e competência do conselho estadual de defesa da criança e do adolescente.

EMENTA: ALTERA O ART. 6º DA LEI Nº 9.579/1991. DISCIPLINA A PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124 - LEGITIMIDADE AFERIDA - ARTS. 65; 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ - CONSTITUCIONALIDADE - LEGALIDADE - PARECER FAVORAVEL.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) em análise, de autoria do Poder Executivo objetiva alterar a redação do artigo 6º da Lei Estadual nº 9.579/1991 que trata de assuntos relativos do conselho estadual de defesa da criança e do adolescente.

Praça Nossa Senhora da Saleta s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná
 Fone (fax): 41 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com

Concedido vista.
 Em 18/09/12
 Toda a Comissão
 CCJ



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Estado do Paraná

-2-

Com a alteração sugerida, busca o Poder Executivo excluir a exigência do registro de utilidade pública estadual para as entidades que desejam integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Por fim, expõe em sua motivação que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente em assembleia realizada no dia 10 de fevereiro de 2012, aprovou a dispensa de registro de utilidade pública estadual com a finalidade de aumentar a participação popular através das organizações da sociedade civil, conforme ata publicada no Diário Oficial n. 8676, de 21 de março de 2012.

É o breve relato, no que se compreende necessário.

FUNDAMENTAÇÃO

Convém mencionar o artigo 33A¹ do Regimento Interno, considerando que o mesmo estabelece que por intermédio desta Comissão seja analisada a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural dos Projetos de Lei apresentados perante esta Casa Legislativa.

¹Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Estado do Paraná

-3-

Desta forma, se verificando os aspectos formais² da proposição e assim realizando um controle preventivo de constitucionalidade³.

Feitas estas considerações iniciais passo a realizar juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.

Em relação a legitimidade do proponente, se verifica que nos termos do artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, o Poder Executivo possui legitimidade para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, não havendo qualquer óbice.^{4,5}

² Acerca da inconstitucionalidade formal e suas consequências V. ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente, os quais mencionam que 'A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal.' (Resumo de direito constitucional descomplicado. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300.)

³ A respeito do tema V. Pedro LANZA, o qual menciona que: 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua constitucionalidade'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 256)

⁴ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁵ No mesmo sentido ao artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná tem-se o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o qual menciona que: A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público,



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Estado do Paraná

-4-

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Em relação ao assunto abordado no presente PL se verifica ser de competência privativa do Governador do Estado, conforme a própria Constituição Estadual determina:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

[...]

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(vide ADIN 979-6)

[...]

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

[...]

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Estado do Paraná

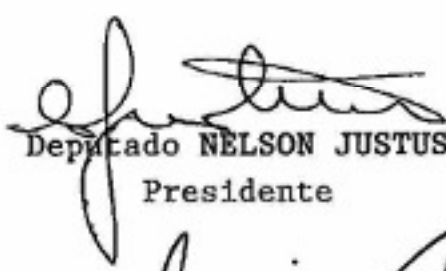
-5-

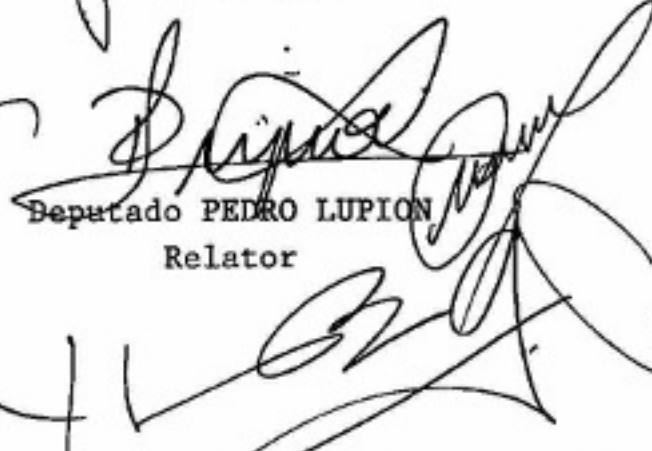
Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal n. 95/98, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, ~~em sede de análise prévia~~, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 464/2012

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, altera o art. 6º da Lei 9.579/1991, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e Adolescente.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável para o prosseguimento da propositura.

Invocada a opinar, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente e do Idoso, encontra méritos incontestáveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo excluir a exigência do registro de utilidade pública estadual para as entidades que desejam integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o escopo de aumentar a participação popular através das organizações da sociedade civil.

Ante o exposto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

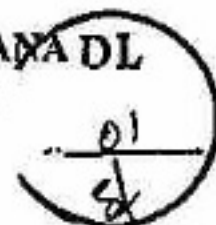
MARILENA

ROSE LITRO
Presidente

6/11/12

MARLA TURECK
Relatora

LUCIANA



A Diretoria
Legislativa para
anexar as razões do
recurso e efetuar o processamento.

- PRESIDENTE -

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, por meio do presente, com fulcro no § 3º do art. 33-A do Regimento Interno, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, interpor ~~Recurso~~ ao ~~Plenário~~, em face da decisão exarada pela CCJ, relativamente ao Projeto de Lei nº 001/2012, valendo-se para tanto das razões expendidas no Protocolo de nº 6679, de 13 de junho de 2012, as quais requer sejam anexadas ao presente.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2012.

PARANHOS
Deputado Estadual

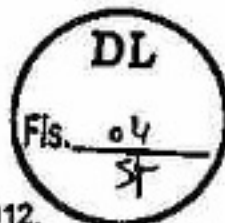
Anote-se, junto-se a Proposição de
referência
de 27/06/2012
Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo

15433 26-06-2012 09:40:11 DP ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

Ofício GPDP nº 336/2012


Curitiba 13 de junho de 2.012.

Excelentíssimo Senhor Presidente,


O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no §3º, artigo 33-A, do Egrégio Regimento Interno, comparece perante Vossa Excelência, para solicitar, tempestivamente, Recurso ao Plenário objetivando reformar a decisão da respeitada Comissão de Constituição e Justiça, que rejeitou a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 001/2012, de minha autoria, alegando inconstitucionalidade fundamentada em equívoco hermenêutico e contradição nos dizeres do próprio Relator, que ora trata a matéria como sendo de interesse local e ora informa que se trata de questão de segurança pública (art. 46 CE), fundamentando também em alegações de cunho de mérito, como comprova a peça recursal constante em anexo, sendo desde já importante salientar:

Art. 46. A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos: (Grifo nosso)

Sendo só para o momento, antecipadamente agradecemos a acolhida, e nos colocamos a disposição, se necessário para melhores esclarecimentos quanto a comprovação da regularidade, legalidade e constitucionalidade da proposta de Lei Complementar em discussão.


LEONALDO PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

Ao excelentíssimo Senhor Deputado
Valdir Luiz Rossoni
Digníssimo Presidente da Mesa Executiva da ALEP.
Neste Edifício.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 6679
EM 13/06/12

FUNCIONÁRIO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO TEMÁTICA
PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



Projeto de lei nº 001/2012.
Autoria: Deputado Paranhos.

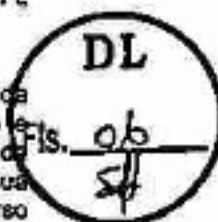
Este Deputado Estadual integrante da Bancada do Partido Social Cristão - PSC, que o presente subscreve, autor do Projeto de Lei nº 001/2012, que objetiva alterar o artigo 1º, da Lei Estadual nº 11.562, de 14 de outubro de 1.996, tornando obrigatória a presença ininterrupta de vigilância armada em locais onde haja instalação de Caixas Eletrônicas ou Centrais de Autoatendimento de Instituições Financeiras, comparece perante Vossa Excelência, com fundamentos no § 2º, do art. 33-A, do Regimento Interno, para interpor Recurso Ordinário contra a decisão desta Comissão que acatou parecer do respeitável Relator, Deputado Tadeu Veneri, que opinou pela não aprovação, equivocadamente alegando inconstitucionalidade fundamentando de que se trata de matéria de interesse local.

DA REGULARIDADE DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO

A "comunicação de desaprovação da CCJ", teve sua publicação realizada na data de, sexta-feira, 11 de maio de 2012, na Edição nº 209, às folhas 13 do Diário Oficial da Assembleia, sendo que o presente recurso ordinário está sendo interposto tempestivamente, observado pelo recorrente, os preceitos contidos no § 2º, do artigo 33-A, do Regimento Interno.

Mas cumpre, por conseguinte, a este recorrente, registrar seu repúdio à clara desatenção por parte do órgão responsável pela publicação das manifestações das Comissões, que, desrespeitando o mesmo mandamento regimental supracitado, não publica o inteiro teor dos pareceres exarados pelas Comissões Temáticas Permanentes, como determina o Regimento Interno, provocando vício processual e não cumprimento ao Princípio de Publicidade dos Atos Legiferantes, uma vez que impede aos Deputados autores de Proposições, de conhecerem oficialmente os verdadeiros fundamentos que denegaram suas Proposições, provocando

difficuldade para a promoçao de recursos ordinarios, visto o exiguu prazo recursal, necessitando neste caso, interpretaçao literal, dos §§ 2º e 3º, do articulo 33-A, *in verbis*:



§ 2º O autor cuja proposiçao tenha sido declarada inconstitucional em parecer da Comissao de Constituico e Justica podera, no prazo maximo de 03 (tres) dias, contados da data da publicaçao do parecer em Diário Oficial ou de sua notificação pessoal, recorrer a propria Comissao. O recurso sera recebido pelo Presidente da Comissao que, apos atestada a tempestividade e os fundamentos plausiveis para reforma, imediatamente designara novo relator. (Grifo nosso)

§ 3º Da decisao da Comissao de Constituico e Justica cabera recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa, no prazo maximo de 02 (dois) dias, contados da data da publicaçao do novo parecer em Diário Oficial ou da notificação pessoal do autor. (Grifo nosso)

DA CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E JURIDICIDADE DA PROPOSICAO

O nobre Relator inicia sua manifestação afirmando que inexistem vicios de origem na Proposta, registrando que é clara a competência desta Assembleia Parlamentar, de dar inicio ao processo legislativo de tais Proposicoes, fundamentando nos artigos 124 CF e 65 CE e, logo em seguida, se contradiz, ininteligivelmente, afirmando que se trata de competência Municipal, por se tratar de questao de interesse local de muncipes, fundamentando no inciso I, do artigo 30 CF e inciso I, do artigo 17 CE.

Além do conflito nos próprios dizeres acima expostos, repete o mesmo equívoco o nobre Relator, quando afirma que a Proposicao visa dar maior seguranca aos usuários de Caixas Eletronicas ou Centrais de Autoatendimento de Instituicoes Financeiras no âmbito territorial do Estado do Paraná e, em seguida, contradizendo-se, afirma de que se trata de matéria de interesse local e municipal, esquecendo-se do que ensina a Carta Maior, que estabelece ser a matéria "Seguranca Pública" de competência do âmbito estadual, nos termos do artigo 46, da Constituico do Paraná, *in verbis*:

Art. 46. A Seguranca Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos: (Grifo nosso)

A exemplo da autoridade sobre a matéria, a competência dos Municípios está restrita à possibilidade de criação de Guardas Municipais, com atribuição meramente de proteção ao patrimônio público (art. 144, § 8º, da CF), desprovidas do poder das policias. Oportuno lembrar que dentre os 399 municípios paranaenses, não chegam a 20 (vinte) os que possuem guarda municipal. Em relação às armadas, não passam de 10 (dez), e isso não só pela falta de capacidade financeira, mas, também em razão da legislação (Estatuto do Desarmamento) que impõe uma série de requisitos, como, por exemplo, a necessidade do município abrigar mais de 50 mil habitantes.

05
Fis.

DL
Fis. 02

Convém salientar que a competência normativa municipal, em quase sua totalidade, deve ater-se às relações de consumo, regulando, como exemplo, o horário de funcionamento de agências bancárias no âmbito municipal, para atendimento de consumidores municipais, situação que em nada se assemelha à intenção legislativa, que objetiva claramente, exercer o poder do Estado de impor obrigação de vigilância armada ininterrupta aos locais onde se encontram caixas eletrônicos e de autoatendimento no âmbito territorial do Estado do Paraná, independente se constam em locais do âmbito patrimonial municipal, do Estado ou mesmo privado, como supermercados, postos de gasolina dentre inúmeros outros. Observe-se também, que obrigação atinge ao mesmo tempo, as instituições bancárias (públicas ou privadas) as quais possuem suas vigilâncias próprias e privadas, e também o Estado, que detém o dever de promover segurança pública exercitando o Poder de Polícia nos termos do artigo 46, da Carta Magna Estadual.

Trata-se então, de competência normativa concorrente entre a União e os Estados, observados os preceitos contidos no §§ 2º e 3º, do artigo 24, da Constituição Federal, *In verbis*:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrente sobre:

§ 2º. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência plena, para atender a suas peculiaridades.

Diante do exposto, é nítido que não há o que se discutir sobre "interesse local", pois a proposição legislativa trata sobre matéria de segurança pública.

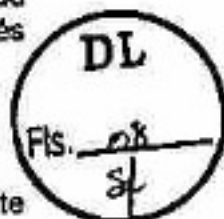
Prova disso é a própria Lei que se tenciona alterar, que disciplina regras para o âmbito estadual, de autoria do então Deputado Beto Richa, hoje digno Governador do Estado, que impôs a obrigação de existência de câmeras de vídeos nos locais onde existam Caixas Eletrônicas, situação que, similarmente, não trata de questão local e sim de âmbito estadual.

Ademais a Proposição não acometeu nenhuma ilegalidade ou agressão ao douto Regimento Interno, estando em perfeita condição no plano jurídico formal, de merecer a análise e o pronunciamento das demais Comissões Temáticas que possuem o foco da aferição do mérito e da oportunidade, sendo que o relator também atestou que quanto a técnica legislativa, inexistem óbices.

DO PEDIDO

Sabedor da qualidade do Relator da matéria, Deputado Tadeu Veneri, de seu altruísmo e espírito elevado de homem público, que o capacita a rever seu próprio posicionamento aceitando a presente contestação em sede recursal. Sabedor da qualidade do atual Presidente desta CCJ, digno Deputado Nelson Justus assim como dos demais membros desta

Comissão, rogamos em nome da legalidade e constitucionalidade, que se permita o seguimento processual legislativo, a fim de que as demais Comissões de mérito e o Plenário, templo deliberativo das aspirações do povo, possam manifestar-se conclusivamente sobre esta justa e meritória Proposição, encaminhada através do Projeto de Lei nº 001/2012.

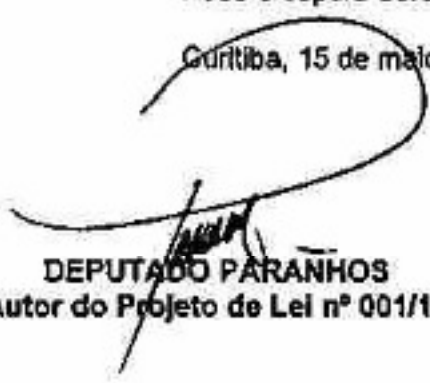


Por fim, requer-se:

- 1) Seja dado provimento ao presente recurso ordinário, sendo reconhecida a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Proposição em epígrafe;
- 2) Na hipótese de denegação do presente recurso, sejam remetidos os autos processuais do Projeto de Lei nº 001/2012, à Presidência Mesa Executiva para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33-A, do Regimento Interno, seja analisado o recurso pelo Plenário desta Casa de Leis.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Curitiba, 15 de maio de 2012.


DEPUTADO PARANHOS
Autor do Projeto de Lei nº 001/12

17- PROJETO DE LEI nº 136/12

Autor: Dep. Alexandre Carl

Altera o artigo 1º da Lei nº 081, de 17/05/98, que foi alterada pelas leis nºs 086/00 e 201/02, que institui a região metropolitana de Londrina

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

Parâmetros: Favorece com emenda - aprovada.

18- PROJETO DE LEI nº 92/11 - Retorno do Dilecto

Autor: Dep. Bianca Rodrigues

Dilecto sobre a situação jurídica regional de entidades agropecuárias, familiares, artesanais e de pequeno porte (SUSLAF-PR) e de outras providências.

RELATOR: DEP. GILSON DE SOUZA

Parâmetros: Retirado da pauta e pedido de Autor.

19- PROJETO DE LEI nº 974/11

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Altera os artigos II, III, VI, VII e VIII, do artigo 1º da Lei [6.97] de 06 de dezembro de 2011.

RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRE FILHO

Parâmetros: Baliza em diligência para a Casa Civil e para o Procurador-Geral do Estado.

20- RECURSO AO PROJETO DE LEI nº 739/11

Autor: Dep. Profissionais Lemos

Institui no âmbito do Estado do Paraná, o Conselho de ICMS de todos os produtores oriundos da agricultura familiar formadora para a alimentação escolar.

RELATOR: DEP. GILSON DE SOUZA

Parâmetros: Adido pelo Relator.

21- PROJETO DE LEI nº 98/12

Autor: Dep. Paralelos

Altera o artigo 1º da Lei nº 11.562 de 14 de outubro de 1996, tornando obrigatória a presença ininterrupta de vigilância armada em locais onde haja instalação de armas armazenadas em controle de armazenamento de instituições financeiras, no formato que especifica.

RELATOR: DEP. TÁNEU VENERI

Parâmetros: Contrária - aprovada.

22- PROJETO DE LEI nº 741/11

Autor: Dep. Carlos Maria Lima

Disciplina a comercialização de produtos florestais no Estado do Paraná, e de outras providências.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

Parâmetros: Contrária - aprovada.

23- PROJETO DE LEI nº 843/11

Autor: Dep. Roberto Acheil

Determina que nas obras públicas de infraestrutura, deverá considerar o nome do autor do projeto arquitetônico e urbanístico e do engenheiro responsável pela obra.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

Parâmetros: Contrária - aprovada.

24- PROJETO DE LEI nº 949/11

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Obriga as empresas situadas no Estado do Paraná a manterem um escritório regional nas municipalidades em que possuem mais de 2000 (dois mil) clientes consumidores.

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

Parâmetros: Baliza em diligência para a Casa Civil e para o Procon-PR.

25- PROJETO DE LEI nº 731/11

Autor: Dep. Ney Leprevost

Dilecto sobre a regulamentação dos projetos de trânsito em estradas e rodovias em trânsito, no âmbito do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. P.R. EDSON PRACZYK

Parâmetros: Contrária - aprovada.

26- PROJETO DE LEI nº 842/11

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Altera o inciso II, do artigo 14, da Lei 14.260 de 22 de dezembro de 2011.

RELATOR: DEP. ELIO RUSCHI

Parâmetros: Contrária - aprovada.

27- PROJETO DE LEI nº 994/12

Autor: Dep. Adalberto Ribeiro

Institui o programa de apoio aos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas da rede de ensino público no Estado do Paraná, e de outras providências.

RELATOR: DEP. ELIO RUSCHI

Parâmetros: Adido pelo Relator.

28- PROJETO DE LEI nº 907/12

Autor: Dep. Hermes Brás de Faria

Dilecto sobre a obrigatoriedade de empresas que utilizam e e-commerce, com impedimento em sites da Internet e que tenham matriz ou filial no Estado do Paraná, manterem em seus sites as respectivas endereços, telefones e dados cadastrais completos.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

Parâmetros: Favorece - aprovada.

29- PROJETO DE LEI nº 814/11

Autor: Dep. Cesar Silvestre Filho

Dilecto sobre o limite máximo de tempo de armazenamento para entrega de frete adiantado antes do término da obra e o seu devido acompanhamento.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

Parâmetros: Contrária visto ao Deputado Elio Ruschi.

30- PROJETO DE LEI nº 814/12

Autor: Dep. Roberto Acheil

Determina a obrigatoriedade de que os mercados, supermercados e farmácias disponham de livros de controle, os chamados "boas" para facilitar a leitura de receitas e bulas pelo consumidor.

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

Parâmetros: Adido em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RJ).

31- PROJETO DE LEI nº 918/12

Autor: Dep. Ney Leprevost

Dilecto sobre a exclusividade de uso do fardamento preto nas tropas especiais da polícia civil e militar, no âmbito do Estado do Paraná e de outras providências.

RELATOR: DEP. TÁNEU VENERI

Parâmetros: Adido em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RJ).

32- PROJETO DE LEI nº 836/12

Autor: Dep. Dr. Batista

Dilecto sobre o conceito de desconto na tarifa de trânsito.

RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRE FILHO

Parâmetros: Adido em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RJ).

33- PROJETO DE LEI nº 966/12

Autor: Dep. Pedro Lupian

Proíbe o consumo de bebidas alcoólicas no interior de veículos públicos ou privados destinados ao transporte coletivo de passageiros, e de outras providências.

RELATOR: DEP. GILSON DE SOUZA

Parâmetros: Adido em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RJ).

34- PROJETO DE LEI nº 899/12

Autor: Dep. Bianca Rodrigues

Estabelece diretrizes de incentivo no âmbito do Estado do Paraná para eventos esportivos das modalidades de corridas de rua e de montanha e de outras providências.

RELATOR: DEP. CARLO QUINTANA

Parâmetros: Adido em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RJ).

Fis. 08

DL
Fis. 10

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

PROJETO DE LEI Nº 001/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 FEV. 2012

1º Secretário

SÚMULA: Altera o artigo 1º, da Lei nº 11.562 de 14 de outubro de 1.996, tornando obrigatória a presença ininterrupta de vigilância armada em locais onde haja instalação de Caixas Eletrônicas ou Centrais de Autoatendimento de instituições financeiras, na forma que especifica.

Art. 1º. O artigo 1º, da Lei nº 11.562 de 14 de outubro de 1.996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. As instituições financeiras, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigadas a manter sistema de filmagem e monitoramento, interno e externo, nos locais onde haja instalação de equipamentos de "Caixas Eletrônicas" ou Centrais de Autoatendimento, e ainda, a manterem no interior de tais locais, ininterrupta e diuturnamente, no mínimo, um vigilante armado."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em ____/____/____.

PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS DL

PROJETO DE LEI Nº

SÚMULA: Altera o artigo 1º, da Lei nº 11.562 de 14 de outubro de 1996, tornando obrigatória a presença ininterrupta de vigilância armada em locais onde haja instalação de Caixas Eletrônicas de instituições financeiras, na forma que especifica.

JUSTIFICATIVA

O Governador do Estado, Beto Richa, já nos idos de 1996, quando era Deputado Estadual, manifestava sua preocupação com a segurança dos usuários paranaenses de Caixas Eletrônicas e, por sua iniciativa, à época, apresentou ao processo legislativo, proposição que obrigava as instituições financeiras a manterem sistema de filmagem e monitoramento permanentes dentro dos chamados "Caixas Eletrônicas" e "24 Horas", e ainda, manter pelo menos um vigilante durante todo o período de seu funcionamento, proposta aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Executivo, tornando-se a Lei nº 11.562, publicada no Diário Oficial nº 4863, de 14/10/1996 (Cópia anexa).

Passados 16 anos, a necessidade de segurança não se restringe tão somente aos usuários dos caixas eletrônicos, mas também a população circundante, pois enorme onda de roubo, com o uso de explosivos potentíssimos, coloca em risco além do usuário consumidor, cliente da instituição bancária, também todo e qualquer cidadão transeunte, que mesmo externamente, circule próximo a tais equipamentos de caixas eletrônicos. Outrossim, há risco concreto em relação à estrutura do imóvel onde se localizem os equipamentos, seja ele simplesmente comercial ou misto, comercial e residencial, colocando em situação de perigo os funcionários da entidade financeira e/ou moradores.

O período de funcionamento do Banco (Horário de Funcionamento), no Paraná encerra-se às 16:00 horas, sendo que após este horário, as Centrais de autoatendimento ficam completamente desprotegidas, colocando em risco às pessoas que a utilizam e também a comunidade.



É fundamental a existência de Centrais de Autoatendimento, pois trazem comodidade, facilidade e modernidade ao dia a dia dos clientes bancários. Mas esta comodidade obrigatoriamente tem que estar adequada à realidade social.

Nos dias de hoje, vivemos uma espécie de terror, com ocorrência diária de inúmeros roubos a estas Centrais. Explodir caixas eletrônicos está na moda entre os bandidos do Paraná.

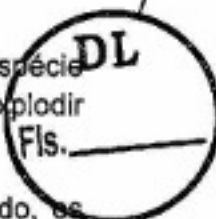
Em comparação com o ano passado, os números apenas do primeiro mês de 2012 mostram um salto neste tipo de criminalidade. Entre janeiro e dezembro de 2011 foram 98 ataques, menos da metade com o uso de explosivos – maçarico e pé de cabra foram os outros meios empregados. Neste mês, com a explosão no distrito de Alto Alegre, em Colorado (84 km de Maringá), na madrugada de ontem, são 23 ataques, sendo 20 por meio de explosão.

Em menos de um mês, o número de ataques já supera o total de crimes contra caixas eletrônicos registrados em todo o primeiro semestre do ano passado. Entre janeiro e junho de 2011, foram 20 furtos em caixas eletrônicos no Paraná, e em apenas um deles houve uso de explosivos.

A modalidade começou no Nordeste e atinge todo o País, principalmente o Estado de São Paulo. Apenas na região de Campinas, foram 81 explosões de caixas ano passado. Na capital paulista foram mais de 120 ataques. Autoridades acreditam que o crime esteja ganhando adeptos de outras áreas, como ladrões de carga e assaltantes de malotes e bancos. O resultado é que não são raros os casos de bandidos que exageraram na dose, queimando todo o dinheiro na detonação.

Por meio de nota à imprensa, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) já manifestou que tem colaborado com as secretarias de segurança estaduais na prevenção e repressão aos ataques. De acordo com a entidade, estão sendo construídos caixas "robustos, com elevado poder de resistência" e estão sendo criados dispositivos de segurança, como os que mancham com tinta vermelha ou rosa o dinheiro em caso de explosão ou arrombamento. A suspeita é de que se o sistema de pintar as notas não seja tão eficaz, tendo em vista o avanço desse tipo de crime.

Ocorre que a medida de tornar mais robustos os caixas eletrônicos, pode não permitir que se leve o dinheiro dos caixas, mas não oferece segurança nem ao consumidor dos serviços bancários e nem a população que tem que conviver com assaltos, como se víssemos no velho oeste. Os Bancos pensam em garantir a segurança dos caixas, o



Estado do Paraná quer segurança para a pessoa do cidadão paranaense e seus familiares.

Neste sentido, impõe-se a necessidade de regramento, de requisito para atuação em solo paranaense, em defesa da vida e da integridade da pessoa, que não pode ser exposta a locais de risco sem segurança.

Atente-se que o judiciário do Paraná e do Brasil, já consolidou suas decisões, criando jurisprudência no sentido de estabelecer a responsabilidade bancária (Teoria do Risco Profissional).

"É dever do Banco zelar pela integridade de sua clientela em relação aos serviços que oferta."

Estima-se que o prejuízo para os bancos no Paraná, tenham sido em muito superiores à R\$ 100 milhões no ano passado, por conta dos ataques com explosivos, valores estes que são segurados e garantidos aos Bancos. Mas como ficam os clientes e a comunidade exposta ao risco, quando veem explosões pirotécnicas ocorrendo diariamente em todo o lugar, sejam em supermercados, shoppings, farmácias e especialmente junto às agências bancárias.

A imposição desta Lei, não representa custo perto dos decas bilionários lucros obtidos sucessivamente por estas instituições, pois o que se está garantindo à população, é a permanência de vigilância armada ininterrupta nos locais de instalação de Centrais de Autoatendimento, ação que além de trazer segurança ao dinheiro dos clientes, traz segurança ao patrimônio bancário e principalmente à toda comunidade constante dos limites territoriais, quando se estabelece a necessidade de monitoramento, via câmeras internas e externas, modernidade que auxilia também ao serviço de segurança do Estado e do Município, pois amplia os horizontes monitorados, permitindo a identificação de meliantes e de outras irregularidades *on line*.

Neste sentido, este Parlamentar Deputado Paranhos, conclama a todos os nobres pares a agregarem-se a presente Proposição, por tratar-se de matéria urgente, justa e necessária, para garantia de segurança da população do Paraná.

**PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO RECURSO DO PARECER CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 001/12



Projeto de Lei nº 001/12
Autor: Deputado Paranhos.

Súmula: Altera o artigo 1º da Lei n.º 11.562 de 14 de outubro de 1996, tornando obrigatória a presença ininterrupta de vigilância armada em locais onde haja instalação de Caixas Eletrônicas ou Centrais de Autoatendimento de instituições financeiras, na forma que especifica.

EMENTA: RECURSO. CAIXAS ELETRÔNICOS. VIGILÂNCIA ARMADA ININTERRUPTA. COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS. INTERESSE LOCAL. ARTS. 30 DA CF E 17 DA CE. INCONSTITUCIONAL. REJEIÇÃO. PARECER CONTRÁRIO.

PREÂMBULO

O presente recurso do parecer contrário ao projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos visa tornar obrigatório a presença ininterrupta de vigilância armada em locais onde haja instalação de Caixas Eletrônicas ou Centrais de Autoatendimento de instituições financeiras, na forma que especifica.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Verifica que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

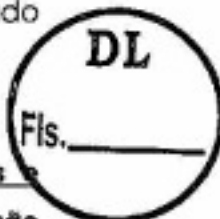
Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(Grifo nosso)

Todavia, faz-se necessário analisar se a matéria em questão é de interesse local, estadual ou nacional, para tanto é necessário verificar a predominância do interesse no caso concreto.

Interesse local é o assunto que interessa diretamente ao Município e aos seus Municípes, sendo necessário analisar a predominância do interesse caso a caso. No caso em tela, observa-se tal predominância, pois mesmo refletindo na esfera estadual e nacional, o interesse maior é do Município.

O termo "interesse local" é muito abrangente, e melhor definido pelo doutrinador Alexandre de Moraes:

Apesar de difícil conceltuação, "interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do Município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estado) ou geral (União).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O objeto deste projeto de lei, que visa a obrigatoriedade da presença ininterrupta de vigilância armada em locais onde hajam Caixas Eletrônicas ou Centrais de Autoatendimento dos Bancos, verifica-se como sendo matéria de interesse local, tendo em vista que pretende proporcionar maior segurança para os que utilizam desses equipamentos nos estabelecimentos do Município.

A Constituição Federal da República, em seu artigo 30, aduz que as matérias de interesse local são de competência dos Municípios:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local

Neste mesmo sentido afirma a Constituição Estadual:

Art. 17. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local

Vislumbra-se, portanto, que o projeto de lei apresentado pelo legislador estadual acaba por interferir matéria de competência municipal, sendo o mesmo **INCONSTITUCIONAL**.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

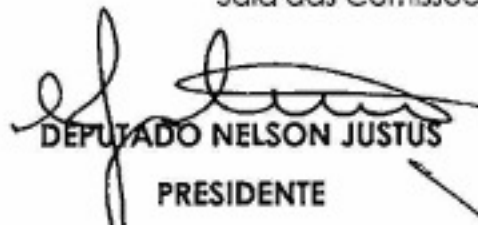
DL
Fls. 33

DL
Fls. _____

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **REJEIÇÃO** do presente Recurso do Parecer Contrário ao Projeto de Lei, em virtude de sua **INCONSTITUCIONALIDADE** gerada por **VÍCIO DE INICIATIVA** do Poder Legislativo.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
RELATOR